PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2026

[AROUCA]

VERSÃO 01

23 DE ABRIL DE 2026

arouca
câmara
municipal

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

I - ÍNDICE

Índice Geral

I – Tramitação 3
Parecer 3
Aprovação 3
Revisão 3
Prazos de Revisão 4
II – Ficha Técnica 4
III - Sumário 5
Níveis de Adequação dos Projetos 7
IV - Estratégia municipal de gestão integrada de fogos rurais 9
- Prevenção Estrutural e Gestão Integrada da Paisagem 9
- Redução do Risco de Ignição e Alteração de Comportamentos 10
- Promoção da Atividade Silvo-Pastoril como Instrumento de Gestão de Combustíveis 10
- Preparação Operacional, Vigilância e Capacidade de Resposta 10
- Recuperação Pós-Incêndio e Reforço da Resiliência Territorial 10

Orçamento 11
Cronograma anual de execução 15
V – Projetos de Implementação Municipal 16
V.1 Projetos de Valorização dos Espaços Rurais 17
V.2 Projetos de Cuidar dos Espaços Rurais 26
V.3 Projetos de Modificação de Comportamentos 48
VI – Anexos 60
Projetos a aguardar declinação municipal decorrente do planeamento PSA - AMP 60
Projetos sem declinação Municipal 61
Matriz de Avaliação do Risco 63
Glossário 64
Cartografia de Detalhe 66

Índice de Figuras

Figura 1 –Mapa esquemático das ações a executar durante o ano de 2026 no concelho de Arouca 6

Índice de Tabelas

Tabela 1. Composição da CMGIFR de Arouca 4
Tabela 2. Transposição das fichas de projeto do PSA da AMP para o PME de Arouca 7
Tabela 3. Mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira do PME 11
Tabela 4. Cronograma anual de execução dos projetos com declinação do PME de 2026 15

II - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução (PME) de Arouca, foi enviado para parecer da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSGIFR) da Área Metropolitana do Porto (AMP), em XX/XX/2026, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável por unanimidade/ não favorável em XX/XX/2026.

APROVAÇÃO

O PME de Arouca foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Arouca, do dia XX de XXXXX de 2026 nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022.

REVISÃO

A revisão do PME de Arouca terá uma periodicidade anual e consiste na reprogramação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão poderão ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou que, por facto superveniente, se tornem redundantes ou ineficazes. No processo poderão ser adicionados projetos e iniciativas resultantes de propostas dos programas, em função da respetiva fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos integralmente concretizados poderão ser removidos, desde que deles não dependa a monitorização e o reporte de metas inscritas no Programa Regional de Ação (PRA) do Norte, nos termos do disposto no artigo 9.º do Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto.

PRAZOS DE REVISÃO

A CMGIFR de Arouca realizará, anualmente, o levantamento de necessidades e definirá prioridades para o ano seguinte, remetendo-as para parecer da CRGIFR do Norte até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais concluem os respetivos processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao da produção de efeitos.

III - FICHA TÉCNICA

O PME de Arouca foi elaborado por um conjunto de entidades com assento na CMGIFR de Arouca conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022. A tabela 1. traduz a ficha técnica de autores da CMGIFR de Arouca e as entidades parceiras do processo de elaboração do PME de Arouca.

Tabela 1. Composição da CMGIFR de Arouca

CMGIFR de Arouca		
Entidade	**Cargo**	**Representante**
Município de Arouca	Presidente	Margarida Belém
Junta de Freguesia de Alvarenga	Presidente	José Manuel Mendes
Junta de Freguesia de Fermedo	Presidente	Miguel Ângelo Ferreira
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Chefe de Núcleo Sub-Regional – Gestão de Fogos Rurais Área Metropolitana do Porto e Tâmega e Sousa	Paulo Bessa
Município de Arouca	Coordenador Municipal de Proteção Civil	José Carlos Pinto
Guarda Nacional Republicana	Chefe NPA Oliveira de Azeméis	Pedro Correia

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca	Comandante	Sérgio Azevedo
Associação Florestal de Entre Douro e Vouga	Técnico	João Rocha
AgroDouro Associação Agro-Florestal e de Desenvolvimento Rural do Entre Douro e Mondego	Presidente	Jorge Albino Pinho
Conselho Diretivo do Viso (S. Miguel do Mato)	Presidente	Fernando Magalhães

IV - SUMÁRIO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Sub-regional de Ação da Área Metropolitana do Porto (PSA-AMP), aprovado em 02 de outubro de 2025, transportou para a sub-região os projetos inscritos no Programa Regional Norte (PRA-N), em função da sua aplicabilidade. Este converte os objetivos Regionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

O PME de Arouca define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Arouca, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Arouca foi constituída a **20 de abril de 2022.**

O PME de Arouca conta com 14 projetos. Os 14 projetos são transpostosdo PSA - AMP, sendo que em 13 projetos caracteriza-se as ações detalhadas a executar.
No âmbito da elaboração do PME de Arouca, foram definidos 3 projetos Chave. Entendendo-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos sub-regionais, se relevam mais transformadores e

mais rapidamente permitiram atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

Assim, neste PME são definidos como projetos chave:

- 2.2.1.6 Gestão de Galerias Ribeirinhas;
- 3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas;
- 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade.

O mapa seguinte apresenta a extensão do concelho de Arouca, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.

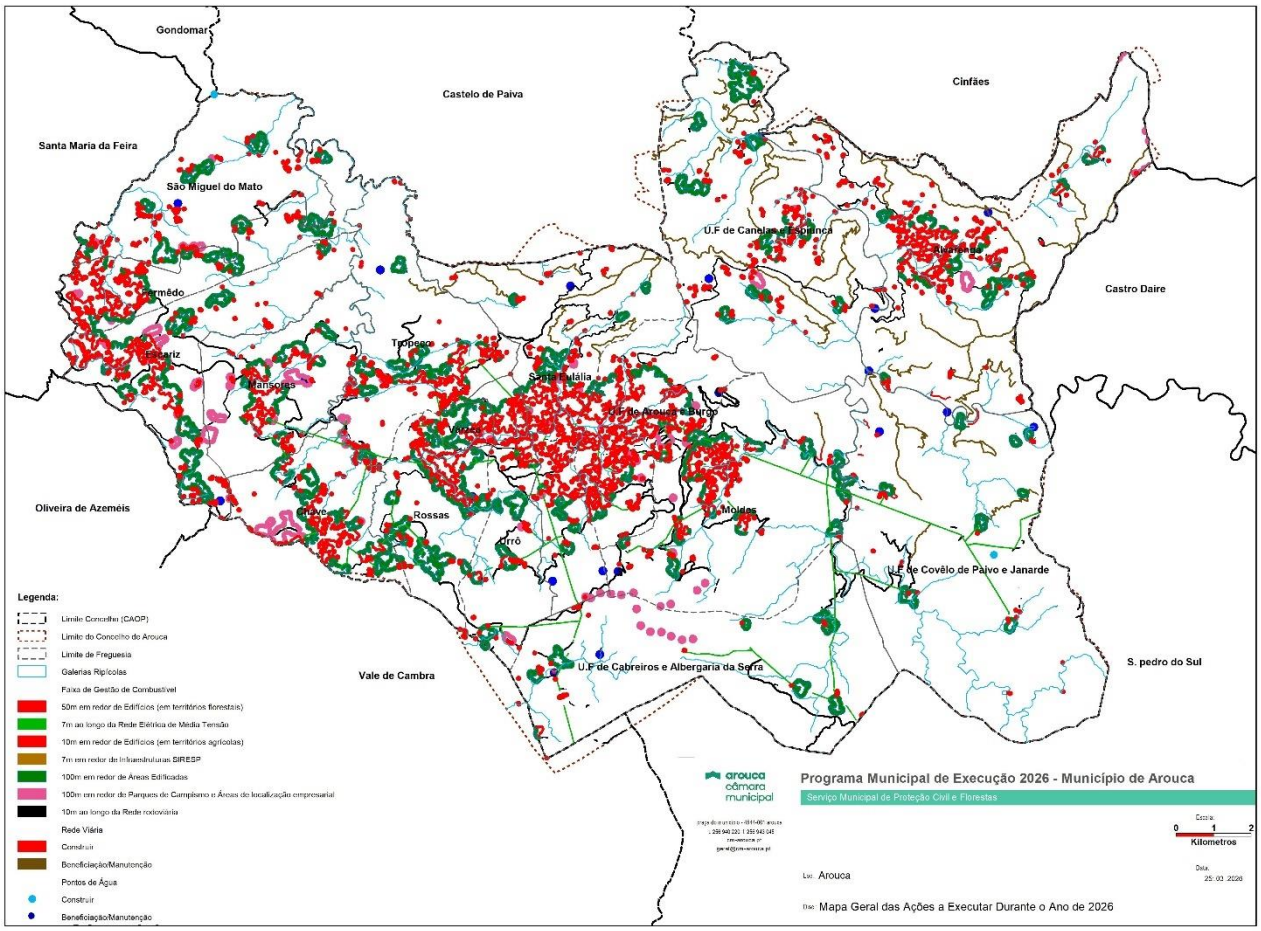


Figura 1 –Mapa esquemático das ações a executar durante o ano de 2026 no concelho de Arouca

NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS

A tabela 2. resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2. Transposição das fichas de projeto do PSA da AMP para o PME de Arouca

Projeto		PSA	PME
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada		E	E
1.1.3.2 Programa de Emparcelamento		E	
1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais		E	
1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)		R	
1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos		E	
1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade		E	E
1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural		E	
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais		E	E
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais		M	
2.1.1.1 Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)		E	
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas		E	M
2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais		E	
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)		M	M
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível		R	R
2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível		E	M
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária		M	E
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível		M	M
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor		E	R
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas		M	E

2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	M	E
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais	M	E
2.2.2.1 Promover processos de compostagem e geração de energia à escala local com base em biomassa e sobrantes e matos	M	
2.2.2.1 Geração de energia à escala local com base em biomassa e sobrantes e matos	M	
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	M	E
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	M	E
2.3.1.4 Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras"	M	E
PT11D 2.3.1.5 Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais	M	E
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas	M	E
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas	M	E
3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	M	
3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	M	
3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios	E	
3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais	E	
3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco	E	
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade	M	E
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência	M	
3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco	E	
3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	M	E
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	M	
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	E	E
4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema	R	
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	E	E
4.1.2.4 Normas técnicas e diretivas operacionais	E	
4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual	R	
4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação	M	

4.2.2.3 Sistema de lições aprendidas	E	
4.3.1.5 Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	E	
4.3.2.3 Gestão da supressão	R	
4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR		
4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais		

.

Legenda

Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior

Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)

Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)

Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado

Projetos com uma iniciativa obrigatória, por determinação legal

Projeto Chave

Projeto transformador de execução prioritária

V - ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

A Estratégia Municipal de Combate a Incêndios Rurais no concelho de Arouca assenta numa abordagem integrada, preventiva e territorialmente orientada, alinhada com os princípios do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e adaptada às especificidades biofísicas, sociais e económicas do concelho.

Esta estratégia visa reduzir de forma sustentada o risco de incêndio rural, minimizar a ocorrência de grandes incêndios e mitigar os seus impactos humanos, ambientais e económicos, através da articulação entre gestão da paisagem, alteração de comportamentos, capacitação operacional e reforço da resiliência do território.

- **Prevenção Estrutural e Gestão Integrada da Paisagem**

A prevenção estrutural constitui um eixo central da estratégia municipal, incidindo na redução da carga e da continuidade dos combustíveis florestais. Neste âmbito, será promovida a execução e manutenção de faixas de gestão de combustível, com prioridade à rede viária, às envolventes de aglomerados populacionais, edificações isoladas e infraestruturas críticas.

Paralelamente, aposta-se na criação de mosaicos de usos do solo e na diversificação da ocupação florestal e agroflorestal, incentivando modelos de gestão ativa, a valorização de espécies autóctones e a adoção de práticas silvícolas mais resilientes ao fogo, com especial atenção às áreas de baldio e à propriedade fragmentada.

- **Redução do Risco de Ignição e Alteração de Comportamentos**

A redução do número de ignições constitui um objetivo prioritário da estratégia municipal, sendo alcançada através da promoção de comportamentos responsáveis no uso do fogo e da diminuição das práticas de risco associadas às atividades agrícolas, florestais e recreativas.

Serão reforçadas ações de sensibilização, informação e educação para o risco de incêndio rural, dirigidas à população residente, proprietários, agricultores e utilizadores do espaço rural, promovendo simultaneamente alternativas seguras e sustentáveis ao uso do fogo para a eliminação de resíduos e sobrantes.

- **Promoção da Atividade Silvo-Pastoril como Instrumento de Gestão de Combustíveis**

A estratégia municipal reconhece a atividade silvo-pastoril como uma ferramenta estrutural de gestão de combustíveis e de valorização do território. Neste sentido, será incentivada a sua implementação em áreas estratégicas, contribuindo para a redução da carga combustível, a criação de descontinuidades na paisagem e a prevenção da propagação dos incêndios.

A pastorícia será igualmente promovida como alternativa ao uso do fogo na renovação de pastagens e na gestão do habitat de espécies cinegéticas, reforçando simultaneamente a economia local e a ocupação sustentável do espaço rural.

- **Preparação Operacional, Vigilância e Capacidade de Resposta**

O reforço da capacidade de preparação e resposta constitui um eixo fundamental da estratégia municipal, assegurando uma atuação eficaz e coordenada em caso de ocorrência de incêndios rurais.

Neste domínio, será promovida a articulação permanente entre o Município, os Corpos de Bombeiros, as forças de segurança, o ICNF e os restantes agentes de proteção civil, bem como a melhoria das condições operacionais, nomeadamente ao nível das acessibilidades, pontos de água, infraestruturas de apoio e planeamento operacional.

- **Recuperação Pós-Incêndio e Reforço da Resiliência Territorial**

A estratégia municipal integra igualmente uma abordagem orientada para a recuperação das áreas afetadas por incêndios rurais, promovendo a sua reabilitação com base em critérios ecológicos, paisagísticos e de redução do risco futuro.

Serão privilegiadas soluções que contribuam para a reposição da capacidade produtiva, a estabilização socioeconómica das áreas ardidas e o aumento da resiliência do território, assegurando uma monitorização contínua dos resultados das ações implementadas e a melhoria contínua da estratégia.

ORÇAMENTO

A tabela 3 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os 14 projetos a intervir ao nível municipal. O PME de 2026 conta com um orçamento global de aproximadamente 4 629 238.00€, ressalvando-se que subsistem ainda ações por orçamentar.

Tabela 3. Mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira do PME

Projetos	Principais Metas (2026)	Orçamento
1.1.2.2 Sistema de Informação Cadastral Simplificado	• Número de RGG submetidas - 100% face ao nº matrizes contratadas com o PO Norte em 2021 • Número de RGG submetidas – 16 000ha	16 260.00€
1.2.2.2 Património Florestal certificado numa ótica de circularidade	A definir	N/A
1.2.2.5 Multifuncionalidade S. AgroFlorestais	• nº e valor de projetos individuais ao nível de empresas apoiados-3/350 000.00€ • nº e valor de projetos de ações ao nível das organizações de produtores apoiados-2/75 000.00€ • Novos registos de atribuição de estatuto de agricultura familiar-N. º1 • Postos de trabalho criados e/ou mantidos – N. º1	120 200.00€
2.1.1.4 Transpor PROF para PDM	PDM com PROF transposto -1 (100%)	0.00€
2.2.1.3 Garantir a gestão da Rede Secundária	Gestão efetiva de FGC – 2 634ha Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias (APPS) – 80%	3 496 968.97€

2.2.1.6 Gestão Galerias Ribeirinhas	• Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais – 1 • Extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado- 39.44Km	153 320.00€
2.3.1.1 Revisão e Implementação de regras das redes de defesa pelos privados	Número de sinalizações -290 • Número de autos – 10 • Taxa de cumprimento voluntário -70% • Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias - 93	141 719.01€
2.3.1.2 Gestão de Combustível nos aglomerados e envolventes de áreas edificadas (Condomínios Aldeia)	• Grau de execução de gestão de combustível na envolvente de áreas edificadas-90% • Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível - 80% • Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente a áreas edificadas- 38.29 ha • % de projetos apoiados nas faixas de gestão de combustível- 50% • Número de "Condomínios de Aldeia" constituídos - 6	198 000.00€
2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	• Número total de aglomerados rurais abrangidos -8 • Percentagem de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas- 80%/90% • Número de hectares tratados na envolvente dos aglomerados rurais - 28.29ha	8 480.00€
PT11D 2.3.1.5. Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais (rede Viária e Rede de Pontos de água)	• Percentagem de rede viária florestal intervencionada - 10% • Número de pontos de água construídos – 2	368 199.79€

	• Infraestruturas para aéreos/mistos intervencionadas – 100% • Operacionalidade da rede de pontos de água – 100% • Atualização da base de dados das redes de defesa – 100%	
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas	• Adesão à Plataforma das Queimas e Queimada-100% • Pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P. – 100% • Resposta aos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas – 100% • Dias de suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico "Elevado" – 0 • Pessoas acidentadas como grave em queimas e queimadas por ano - 0 • Ações de capacitação de entidades locais - 1	166 500.00€
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas	• Área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado – 50% • Redução de ignições com causa associada à renovação de pastagens nos territórios rurais – 70% • Número de ações de comunicação de proximidade dirigida a pastores nos territórios referenciados -3 • Freguesias dos territórios referenciados com mecanismo de apoio implementado – 100%	1 550.00€
3.2.1.2 Comunicação Especializada de Proximidade	• Número de ações de sensibilização locais – 15 • Número de cidadão abrangidos pelas iniciativas – 30%	6 500.00€

	• Número de ações em canais de comunicação – 10 • Variação do número de ignições anuais - <6% • Número de ações de capacitação locais - 3	
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas EB/ES para o risco	• Número de iniciativas dirigidas à população escolar, por ciclo de Ensino – 11 • Percentagem de escolas dos 1.º e 2.º ciclos do ensino que desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios – 70%	17 000.00€
	Total 2026	**4 694 697.77 €***

***Nota técnico-financeira explicativa**

Algumas fichas de projeto não apresentam, nesta fase, um orçamento definido, por se encontrarem ainda em etapa preliminar de maturação. Esta ausência decorre, por um lado, da necessidade de identificar e consolidar potenciais fontes de financiamento adequadas à natureza e escala das intervenções previstas, nomeadamente programas comunitários, instrumentos nacionais ou parcerias institucionais, e, por outro, da falta de um apuramento rigoroso dos custos associados.

Com efeito, a estimativa financeira destas ações depende de um maior detalhe técnico, incluindo a definição de soluções a adotar, a delimitação espacial das intervenções, a calendarização das atividades e a identificação dos recursos materiais e humanos necessários. Só após este aprofundamento será possível garantir orçamentos realistas, coerentes com os objetivos do programa e alinhados com as oportunidades de financiamento disponíveis.

Neste contexto, prevê-se que, numa fase subsequente de desenvolvimento do programa, seja efetuado o refinamento destas fichas de projeto, integrando estimativas orçamentais fundamentadas e respetivos modelos de financiamento, assegurando assim a sua exequibilidade e sustentabilidade financeira.

CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO

A tabela 4 apresenta o cronograma anual de execução dos 14 projetos com declinação no PME de Arouca para o ano de 2026.

Tabela 4. Cronograma anual de execução dos projetos com declinação do PME de 2026

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.1.2.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
1.2.2.2												
1.2.2.5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.2.1.6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.2	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.3.1.4				■	■	■	■	■	■	■	■	■
PT11D 2.3.1.5	■	■	■	■	■	■				■	■	■
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.1.1.3	■	■	■	■						■	■	■
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.2.1	■	■	■	■	■					■	■	■

VI - PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA-AMP, sendo essas fichas a referência para consulta.

A legenda de cada ficha de projeto do PME é a seguinte: **R** – Responsável; **A** – Autoriza; **S** – Suporta; **C**– Consultado; **I** – Informado; **F** – Fiscaliza; **PLAN** – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção;**PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós-Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

V.1 PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2
Objetivos Colaborar na modernização dos processos administrativos que conduzem à identificação detalhada do cadastro, como: - Promover a adoção do BUPi Promover um plano de atividades de comunicação que envolva os cidadãos na criação do cadastro **Principais resultados esperados** Maior área cadastrada, no Município com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade, resultando num maior número de proprietários identificados. Ações mais direcionadas com contacto direto ao proprietário	**Principais entidades envolvidas** **R** AMP, Municípios **A** Comissão Municipal GIFR **S** DGT, CCDRN, IRN, eBUPI **C** IFAP, ICNF, DGADR **I** AGIF; AMP **F** Comissão Regional GIFR

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 16 260.00

Indicadores	Unidade	Meta
RGG submetidas	N.º	**2026**:100% face ao nº matrizes contratadas com o PO Norte em 2021 **2030:** ainda não definido
Total da área de RGG submetidas	Hectares	16 000

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças*:** A execução do Sistema de Informação Cadastral Simplificada enfrenta um conjunto de ameaças que podem comprometer a sua eficácia e sustentabilidade. Destacam-se, em particular, a persistência da fragmentação da propriedade rústica e a existência de múltiplos regimes de titularidade, frequentemente associados a heranças indivisas e a ausência de registos atualizados. Acresce a resistência de alguns proprietários à adesão ao sistema, motivada pelo desconhecimento dos seus benefícios, desconfiança relativamente aos processos de registo ou receio de implicações fiscais e legais.
  Constituem ainda ameaças relevantes a insuficiente literacia digital de parte significativa da população, especialmente em territórios rurais envelhecidos, bem como limitações de recursos humanos e técnicos nas entidades envolvidas na implementação do sistema. A falta de interoperabilidade plena entre bases de dados institucionais e eventuais constrangimentos na qualidade e atualização da informação disponível podem igualmente afetar a fiabilidade do sistema.

- ***Risco Total:*** Alto 15 (S3, P5).
  O risco global associado à execução do Sistema de Informação Cadastral Simplificada traduz-se na possibilidade de uma adesão insuficiente por parte dos proprietários, resultando numa cobertura territorial incompleta e num cadastro desatualizado ou fragmentado. Tal cenário comprometeria a utilidade do sistema como instrumento de planeamento, gestão do território e prevenção de riscos, nomeadamente no domínio da gestão de combustíveis e da mitigação dos incêndios rurais.
  A materialização deste risco poderá limitar a capacidade do Município e das entidades competentes para intervir de forma eficaz e integrada no território, dificultando a identificação de responsáveis, a mobilização dos proprietários para ações de gestão ativa e a implementação de políticas públicas baseadas em informação cadastral fiável.

- ***Resolução Geral:*** Para mitigar as ameaças identificadas e reduzir o risco global, torna-se essencial adotar uma abordagem integrada e proativa, assente no reforço da proximidade com os proprietários e na simplificação efetiva dos procedimentos de adesão ao sistema. A promoção de ações de informação e sensibilização, acompanhadas de apoio técnico local e personalizado, é determinante para aumentar a confiança dos cidadãos e a taxa de participação no Sistema de Informação Cadastral Simplificada.
  Paralelamente, importa assegurar a capacitação das equipas técnicas envolvidas, o reforço dos meios humanos e a melhoria da interoperabilidade entre sistemas de informação, garantindo a qualidade, atualização e fiabilidade dos dados. A articulação estreita entre o Município, as entidades da Administração Central e os agentes locais permitirá consolidar o Sistema de Informação Cadastral Simplificada como um instrumento estruturante para a gestão do território, a prevenção de riscos e a valorização do espaço rural.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Garantir a adoção do BUPi: operacionalizar o cadastro simplificado nos municípios	Fundos Comunitários OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	Contratação de Serviços	16 260.00
		Total (€)	**16 260.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações:

PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO	1.2.2.2

Objetivos

Comunicar as vantagens da certificação dos produtos junto dos produtores e empresários locais

Principais resultados esperados

Melhoria da sustentabilidade florestal.

Promoção das boas práticas florestais.

Aumento do valor da economia local.

Incrementar a utilização renovável dos recursos locais.

Principais entidades envolvidas

R	ICNF
A	Comissão Municipal GIFR
S	OPF, EG ZIF, AIMMP, BIOND
C	ICNF, Entidades de certificação
I	AGIF; AMP; CCDR-N
F	Comissão Regional GIFR

PLAN	**PREP**	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): N/A

Indicadores	Unidade	Meta
% das áreas de gestão pública e baldios com gestão florestal certificada	%/ha	A definir
% das áreas sob gestão privada com gestão florestal certificada.	%/ha	A definir

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:*** A implementação do Património Florestal Certificado, incluindo a certificação de serviços de ecossistemas, no concelho enfrenta diversas ameaças. Destaca-se, desde logo, a dificuldade em obter informação fiável, atualizada e sistematizada sobre a área florestal certificada e sobre os serviços de ecossistemas efetivamente prestados pelo território,

designadamente ao nível da regulação do ciclo hidrológico, do sequestro de carbono, da conservação da biodiversidade e da proteção do solo.

A fraca adesão dos proprietários, empresários e produtores florestais locais aos processos de certificação constitui uma ameaça central, fortemente associada ao desconhecimento dos benefícios económicos, ambientais e territoriais da certificação florestal e da certificação de serviços de ecossistemas, bem como à ausência de incentivos claros e de enquadramento regulamentar eficaz.

Acresce ainda o risco de os processos de certificação serem percecionados como meros formalismos administrativos, desprovidos de mecanismos adequados de acompanhamento, monitorização e fiscalização no terreno. Nesta situação, a certificação pode não assegurar padrões efetivos de qualidade ao longo de todo o ciclo de produção do material lenhoso, nem garantir a credibilidade, mensurabilidade e valorização dos serviços de ecossistemas certificados, comprometendo a confiança nos sistemas de certificação e a valorização dos produtos e serviços associados.

- ***Risco Total:*** Alto 15 (P5; S3).

  O risco global associado ao Património Florestal Certificado e à certificação de serviços de ecossistemas traduz-se na não adesão dos proprietários e produtores florestais aos sistemas de certificação, resultando numa reduzida expressão territorial das áreas certificadas e numa fraca valorização dos serviços de ecossistemas prestados.

  A materialização deste risco compromete a criação de massa crítica suficiente para estruturar cadeias de valor associadas à madeira certificada e aos serviços de ecossistemas, limita o acesso a mercados diferenciados e a mecanismos de pagamento por serviços de ecossistemas, e reduz o contributo da certificação para a gestão florestal sustentável, a prevenção de incêndios rurais e o reforço da resiliência do território.

- ***Resolução Geral:*** A mitigação das ameaças identificadas exige uma abordagem integrada, assente no reforço do enquadramento regulamentar dos processos de certificação florestal e de certificação de serviços de ecossistemas, garantindo elevados padrões de qualidade, transparência e credibilidade, bem como mecanismos eficazes de monitorização, acompanhamento e fiscalização ao longo de todo o ciclo de produção do material lenhoso e da prestação dos serviços de ecossistemas.

  Paralelamente, assume particular relevância o reforço das ações de sensibilização, informação e capacitação dirigidas aos proprietários e produtores florestais, promovendo o conhecimento dos benefícios económicos, ambientais e territoriais da certificação e clarificando os requisitos, responsabilidades e oportunidades associadas. A disponibilização de apoio técnico e financeiro às Organizações de Produtores Florestais (OPF), enquanto entidades de proximidade, permitirá acompanhar os proprietários em todo o processo de certificação, assegurando a sua correta implementação e fiscalização.

  A criação de incentivos económicos e o desenvolvimento de instrumentos de valorização dos serviços de ecossistemas, articulados com uma estratégia consistente de sensibilização e capacitação, contribuirão para consolidar o Património Florestal Certificado como um instrumento estruturante de sustentabilidade, valorização económica e resiliência do território florestal do concelho.

Observações.

As iniciativas a inscrever no PME só podem ser desenvolvidas depois de definida a estratégia de comunicação ao nível sub-regional. Neste sentido, esta ficha será desenvolvida depois de definida essa estratégia no âmbito da revisão do PSA-AMP.

MULTIFUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS	**1.2.2.5**

Objetivos

Definição das linhas de apoio para aproveitamento de recursos agroflorestais sub-regionais.

Medidas de apoio à valorização da agricultura familiar e desenvolvimento das fileiras associadas aos produtos regionais

Principais resultados esperados

Incremento de valor das indústrias locais.

Principais entidades envolvidas

R	CCDR (DRAPN)
A	Comissão Municipal GIFR
S	Privados, Município, Juntas de Freguesia, IFAP, ICNF
C	DGAV
I	AGIF; AMP
F	Comissão Regional GIFR

PLAN	**PREP**	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 120 200.00 (Este valor não contempla o valor necessário para a execução das iniciativas 3 e 5, dado que os valores de execução das mesmas ainda não foram definidos).

Indicadores	**Unidade**	**Meta**
Número e valor de projetos individuais ao nível de empresas apoiados	N.º projetos/€	3/350 000.00
Número e valor de projetos de ações ao nível das organizações de produtores apoiados	N.º projetos/€	2/75 000.00
Novos registos de atribuição de estatuto de agricultura familiar	Nº	1
Postos de trabalho criados e/ou mantidos	Nº	1

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:*** A promoção da multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais no concelho de Arouca, enquanto eixo estruturante do Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), enfrenta desafios essencialmente associados à sua operacionalização no terreno e à adesão efetiva dos produtores e proprietários rurais.

  Entre as principais ameaças destaca-se o abandono progressivo da atividade agrícola e pastoril, associado ao envelhecimento dos produtores, à escassez de mão de obra e à reduzida atratividade económica dos sistemas produtivos extensivos, sobretudo em áreas de maior

declive e menor acessibilidade. A fragmentação da propriedade e a dispersão territorial das explorações dificultam igualmente a implementação consistente de práticas agroflorestais multifuncionais orientadas para a gestão de combustíveis e para a redução da continuidade da paisagem florestal.

Apesar da existência de um quadro municipal de apoio estruturado — que inclui os regulamentos de apoio à raça Arouquesa, à atividade de pastorícia de ovinos e caprinos em regime extensivo, à agricultura biológica e à produção integrada — subsiste o desafio de garantir a adesão dos destinatários e a aplicação efetiva e continuada destes instrumentos no território. O desconhecimento dos benefícios ambientais, económicos e de prevenção de incêndios associados à multifuncionalidade agroflorestal, bem como a necessidade de acompanhamento técnico regular, podem condicionar o impacto das medidas previstas no PME.

- ***Risco Total:*** Alto 20 (P5; S4).

  O risco global associado à multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais, no enquadramento do SGIFR e do PME, traduz-se na sua insuficiente apropriação pelos produtores e proprietários enquanto instrumento ativo de gestão do território e de prevenção estrutural de incêndios rurais.

  A materialização deste risco poderá conduzir à manutenção ou ao agravamento da continuidade de combustíveis em áreas agroflorestais estratégicas, reduzindo a eficácia das ações de prevenção previstas no PME e comprometendo o contributo destes sistemas para a resiliência da paisagem, a segurança das populações e a sustentabilidade do concelho de Arouca.

  Paralelamente, a fraca valorização económica das produções agroflorestais poderá comprometer a viabilidade da atividade e a permanência dos produtores no território, fragilizando a componente socioeconómica associada à multifuncionalidade destes sistemas.

Resolução Geral: A mitigação das ameaças identificadas exige a consolidação da multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais como eixo operacional do Programa Municipal de Execução, plenamente integrado nos objetivos do SGIFR. Neste contexto, os sistemas agroflorestais devem ser afirmados como instrumentos estruturantes de prevenção estrutural, contribuindo ativamente para a gestão de combustíveis, a criação de descontinuidades na paisagem e a redução do risco de propagação de incêndios rurais.

O Município deverá assegurar a articulação coerente e complementar dos regulamentos municipais de apoio à raça Arouquesa, à pastorícia extensiva de ovinos e caprinos, bem como à agricultura biológica e à produção integrada, orientando-os para práticas agroflorestais sustentáveis e alinhadas com as prioridades do PME. Assume particular relevância o reforço das ações de sensibilização, capacitação e acompanhamento técnico dos produtores, promovendo o conhecimento dos benefícios da multifuncionalidade agroflorestal e a adoção de modelos produtivos compatíveis com a gestão ativa do território.

A valorização económica das produções deverá assentar em circuitos de comercialização devidamente enquadrados. No âmbito do projeto Arouca Agrícola, da Feirinha de Domingo e da Feira Quinzenal, a comercialização direta de carne não é permitida, devendo a sua venda ser efetuada através dos talhos locais. A valorização do produto deverá, por isso, ser assegurada através de mecanismos de qualificação e diferenciação, como a certificação DOP

ou IGP, reforçando a identidade territorial, a confiança do consumidor e o valor económico das produções associadas aos sistemas agroflorestais.

Esta abordagem integrada, assente na articulação entre instrumentos municipais, práticas agroflorestais sustentáveis, valorização económica e objetivos do SGIFR, permitirá afirmar a multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais como um pilar estratégico da prevenção de incêndios rurais, da resiliência territorial e da sustentabilidade do concelho de Arouca.

Iniciativa n.º 1	**Fonte Financiamento**
• Valorização e promoção da atividade agrícola: Apoio à Produção integrada e à Agricultura Biológica.	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	**Origem do recurso**	**Custo (€)**
1)	Meios Humanos	Município	5 000.00
2)	Apoios	Município	1 200.00
		Total (€)	**6 200.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	**Fonte Financiamento**
• Valorização e promoção da atividade apícola: Controlo da vespa velutina: armadilhas e destruição dos ninhos (estimativa da época (2025-2026) – 827 ninhos destruídos	Fundos Comunitários, OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	Município	25 500.00
2)	Recursos Materiais	Município	10 500.00
		Total (€)	**36 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Apoio a criação de novas infraestruturas agroindustriais coletivas que permitam transformar as produções das explorações sem viabilidade para ter a sua própria unidade de produção, exemplo: Implementação de matadouros móveis para abate de pequenos ruminantes, equipamentos para a produção mel, outros	Fundos comunitários, privados

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	Privados	A definir
2)	Equipamentos	Privados	A definir
		Total (€)	**A definir**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 4	Fonte Financiamento
• Promover a pecuária extensiva, baseada em raças autóctones (Arouquesa) e pequenos ruminantes com o intuito da valorização dos seus produtos	Fundos Comunitários, OM

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos Humanos	Município	1 000.00
2) Apoios à Produção	Município	77 000.00
	Total (€)	**78 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 5	Fonte Financiamento
• Potenciar complementaridades em ações/atividades em projetos I&D	Fundos comunitários, OM, privados

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos Humanos	A definir	A definir
2) Equipamentos	A definir	A definir
	Total (€)	A definir

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Desenvolvimento e implementação de soluções de automação e inovação tecnológica em explorações agroflorestais, a partir de parcerias com entidades do setor público e privado, inclusive estabelecimentos de ensino locais e universitários e associações e cooperativas do setor agroflorestal.

V.2 PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)								2.1.1.4
Objetivos Garantir a transposição dos PROF para os PDM **Principais resultados esperados** Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo os PROF	**Principais entidades envolvidas** **R** Município **A** Comissão Municipal GIFR **S** DGT, AMP **C** CCDR **I** AGIF, ICNF **F** CCDR							
PLAN	**PREP**	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): N/A								
Indicadores			**Unidade**			**Meta**		
PDM com PROF transposto			Nº			1		
PDM com PROF transposto			%			100		

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:*** A transposição dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) pode enfrentar desafios de natureza técnica, administrativa e territorial. Destaca-se a complexidade da articulação entre instrumentos de gestão territorial de diferentes escalas, exigindo coerência normativa, compatibilização cartográfica e harmonização de regimes de uso do solo.

  A eventual desatualização de informação de base, a necessidade de adequação às especificidades locais e a articulação com outros instrumentos em vigor (como o PDM, planos de urbanização ou planos especiais) podem introduzir constrangimentos no processo de integração. Acresce o desafio de assegurar que as orientações estratégicas do PROF sejam efetivamente traduzidas em normas vinculativas e operacionais no PDM, evitando uma mera transposição formal sem eficácia prática.

Podem ainda surgir resistências associadas a alterações de usos do solo ou a condicionantes impostas em determinadas áreas, especialmente quando estas interfiram com expectativas de valorização urbanística ou com práticas tradicionais de ocupação do território

- ***Risco Total***: Baixa 4 (P2; S2).

  O risco global associado à transposição dos PROF para o PDM reside na sua integração incompleta ou desajustada, comprometendo a coerência entre o planeamento florestal regional e o ordenamento municipal do território. A materialização deste risco poderá fragilizar a implementação das orientações estratégicas de gestão florestal sustentável, reduzir a eficácia das medidas de prevenção estrutural de incêndios rurais e gerar conflitos interpretativos na aplicação das normas.

  Uma transposição insuficientemente consolidada poderá ainda limitar a capacidade do Município para orientar a ocupação e uso do solo de forma compatível com os objetivos de resiliência territorial, proteção dos recursos naturais e mitigação do risco de incêndio rural.

Resolução Geral: A mitigação das ameaças exige uma transposição rigorosa, tecnicamente fundamentada e juridicamente consistente das orientações e normas do PROF para o PDM, assegurando a sua plena compatibilização com os restantes instrumentos de gestão territorial.

O Município deverá promover uma análise detalhada das orientações regionais, adaptando-as às especificidades biofísicas, socioeconómicas e paisagísticas do concelho, garantindo simultaneamente coerência com os objetivos do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e com o Programa Municipal de Execução (PME).

Importa assegurar a adequada tradução cartográfica das áreas prioritárias, das funções dominantes do território florestal e das orientações de gestão, bem como promover processos de participação e esclarecimento junto dos agentes locais, reforçando a transparência e a aceitação das medidas adotadas. Esta abordagem permitirá consolidar o PDM como instrumento estruturante de ordenamento, gestão florestal sustentável e prevenção de incêndios rurais no concelho.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Observações: O PROF já se encontra transposto no PDM de Arouca.	

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA	2.2.1.3
Objetivos Execução da gestão de combustível, conforme estipulado no artigo 49º do DL 82/2021, na sua atual redação. **Principais resultados esperados** Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com	**Principais entidades envolvidas** **R** Município, Entidades Gestoras FGC **A** Comissão Municipal GIFR **S** AGIF, ANEPC, AMP, ICNF **C** AGIF, ANEPC, AMP, ICNF

vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.					**I** ANEPC, AGIF **F** GNR, CRGIFR, CSGIFR			
PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 3 496 968,97 €

Indicadores	Unidade	Meta
Área com gestão efetiva de combustível na rede secundária	ha	2 634
Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias (APPS)	%	80

Gestão de risco do projeto

- ***Risco Total:*** 16 – Alto (S4;P4)

  A não implementação da rede secundária de faixas de gestão de combustível leva a um maior risco, nos casos de incêndios rurais de maior dimensão, para pessoas, edificações, infraestruturas, equipamentos estratégicos e valores ambientais. Acresce ainda o agravamento dos impactos económicos, sociais e ecológicos, bem como o aumento dos custos associados às operações de combate, à reposição de infraestruturas e à recuperação pós-incêndio. A médio e longo prazo, a ausência de gestão de combustível compromete a resiliência do território, reforça a vulnerabilidade das populações e perpetua ciclos recorrentes de incêndios de grande dimensão.
- ***Ameaças:*** Ausência de financiamento adequado para a execução das faixas de gestão de combustível, associada à insuficiência de meios materiais e humanos capazes de dar resposta eficaz às necessidades identificadas. No âmbito da Administração Pública, os procedimentos revelam-se morosos e excessivamente burocráticos, comprometendo o cumprimento atempado das intervenções. Paralelamente, verifica-se uma fraca execução da gestão de combustível por parte dos proprietários privados, frequentemente motivada pelo desconhecimento das suas obrigações legais, pela dificuldade na identificação e localização dos prédios, pela ausência ou residência no estrangeiro de muitos proprietários, pelos elevados custos associados às operações e pela reduzida dimensão e fragmentação da propriedade.
- ***Resolução Geral:***

  1 – ***Financiamento*** – Criação de um mecanismo de financiamento específico para a gestão de combustíveis da rede secundária, com a apresentação de candidaturas simplificadas, com elegibilidade automática das FGC previstas no presente programa e com adiantamentos financeiros, reduzindo o impacto dos custos iniciais para as entidades executoras e proprietários privados.

  2 – ***Reforço da capacidade operacional pública*** – reforço de meios humanos das autarquias e entidades públicas com competência na matéria, incluindo equipas permanentes de gestão de combustível.

  Simplificação e normalização dos procedimentos administrativos, com modelos-tipo de contratação e prazos reduzidos.

  Calendários operacionais vinculativos, alinhados com a época adequada para execução dos trabalhos no terreno.

3 - ***Soluções integradas para a propriedade privada*** - Recurso a instrumentos de gestão coletiva (ZIF, condomínios de aldeia, unidades de gestão florestal, etc.)

4 - ***Identificação e envolvimento dos proprietários*** - atualização e integração da informação cadastral, cruzando BUPi, matriz e cadastro geométrico simplificado. Criação de mecanismos simplificados de notificação

5 - ***Valorização económica da gestão de combustível*** - Articulação da gestão de combustível com usos produtivos compatíveis (pastorícia, silvopastorícia, agricultura extensiva,etc.).

6 - ***Escala territorial e continuidade*** - Planeamento e execução à escala da paisagem, privilegiando corredores contínuos e áreas estratégicas.

Programas de manutenção regular, substituindo intervenções pontuais e reativas.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Executar e monitorizar a gestão de combustível na rede secundária de faixas	OM, OE, Fundos Comunitários, Entidades gestoras de infraestruturas e proprietários privados

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Execução de FGC Municipais (rodovia)	OM	350 000.00
2) Execução de FGC IP (rodovia)	IP	48 155,82
3) Execução de FGC E-Redes	E-Redes	109 480.46
4) Execução de FGC (Privados)	Proprietários	2 967 332.69
5)Execução de FGC (em substituição aos proprietários)	OM	20 000.00
	Total (€)	**3 494 968,97**

Gestão de risco da iniciativa

- ***Risco Total:*** 16 – Alto (S4; P4)

  A não implementação da rede secundária de faixas de gestão de combustível aumenta significativamente o risco de incêndios rurais de grande dimensão, com impactos diretos sobre pessoas, edificações, infraestruturas, equipamentos estratégicos e valores ambientais, agravando os custos económicos, sociais e ecológicos e comprometendo a resiliência do território a médio e longo prazo. As principais ameaças à execução decorrem da ausência de financiamento adequado, da insuficiência de meios humanos e materiais, da

morosidade e burocracia dos procedimentos administrativos e da fraca adesão dos proprietários privados, associada ao desconhecimento das obrigações legais, à dificuldade de identificação e localização dos prédios, aos elevados custos e à fragmentação da propriedade. A mitigação destes riscos assenta na criação de mecanismos de financiamento específicos e simplificados, no reforço da capacidade operacional das entidades públicas, na adoção de soluções de gestão coletiva da propriedade e na melhoria da identificação e envolvimento dos proprietários.

Observações

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Identificar áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com o potencial de grandes incêndios e a vulnerabilidade dos elementos a proteger	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos humanos	Município	2 000.00
		Total (€)	**2 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS	2.2.1.6

Objetivos

Garantir a atualização da cartografia que identifica as galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais nos territórios vulneráveis e APPS e apoiar ações que visem a gestão de galerias ribeirinhas prioritárias.

Principais resultados esperados

Redução do nível de ameaça à sustentabilidade dos espaços florestais. Normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas.

Principais entidades envolvidas

R	Município
A	Comissão Municipal GIFR
S	APA, ICNF
C	OPF, privados
I	AGIF, AMP
F	APA

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 153 320.00€

Indicadores	Unidade	Meta
Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais	1	1
Extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado	km	39.44

Gestão de risco do projeto

Ameaças: A gestão das galerias ribeirinhas no concelho enfrenta diversas ameaças de natureza ecológica, territorial e antrópica. Destaca-se a degradação da vegetação ripícola, resultante do abandono agrícola, da instalação de povoamentos de eucalipto ao longo dos corredores ribeirinhos e da expansão de espécies exóticas invasoras, favorecida pela ausência de manutenção e gestão regular. A proliferação de espécies invasoras, como as acácias e outras de comportamento agressivo, compromete a estabilidade ecológica das margens, reduz a diversidade florística autóctone e afeta negativamente os habitats associados, com impactos diretos na fauna e flora aquática.

A acumulação excessiva de material lenhoso nos leitos e margens das linhas de água, decorrente de eventos extremos — como incêndios rurais e tempestades — que provocam a queda de árvores e arrastamento de detritos, ou ainda da ausência de gestão preventiva, pode aumentar o risco de obstrução dos cursos de água, potenciar fenómenos de cheia localizada e agravar processos erosivos. Em contexto de incêndio rural, a continuidade de combustível ao longo dos corredores fluviais pode igualmente favorecer a propagação do fogo.

Acrescem pressões associadas a intervenções desordenadas nas margens, designadamente mobilizações de solo inadequadas, deposição indevida de resíduos, retificações artificiais de leitos e ocupações incompatíveis com as funções ecológicas, hidráulicas e de proteção destes ecossistemas, comprometendo a sua capacidade de regulação natural e de suporte à biodiversidade.

- ***Risco Total:*** 20 – Alto (S4; P5)

O risco global associado à insuficiente gestão das galerias ribeirinhas traduz-se na degradação progressiva destes ecossistemas, com perda de biodiversidade, diminuição da qualidade da água e fragilização da estabilidade das margens.

No contexto do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), a ausência de gestão adequada pode comprometer o papel das galerias ribeirinhas como descontinuidades naturais na paisagem, reduzindo o seu potencial enquanto barreiras à propagação de incêndios rurais. Simultaneamente, aumenta a vulnerabilidade a fenómenos de cheia, erosão e instabilidade geomorfológica, com impactos na segurança de pessoas e bens.

- ***Resolução Geral:*** A mitigação assenta numa estratégia integrada de gestão e valorização das galerias ribeirinhas, articulada com os objetivos do SGIFR e do Programa Municipal de Execução (PME). Essa estratégia deverá assentar na recuperação da vegetação autóctone ripícola, no controlo e erradicação progressiva de espécies exóticas invasoras e na gestão seletiva do material lenhoso, garantindo simultaneamente a funcionalidade ecológica e hidráulica das linhas de água.
  Importa promover intervenções planeadas e tecnicamente fundamentadas, evitando ações indiscriminadas que possam comprometer a estabilidade das margens ou a biodiversidade associada. A articulação com proprietários confinantes e a sensibilização para boas práticas de gestão das margens são igualmente essenciais para assegurar a continuidade das ações no território.
  A valorização das galerias ribeirinhas enquanto corredores ecológicos, zonas de proteção de recursos hídricos e elementos estruturantes da paisagem contribuirá para reforçar a resiliência territorial, a qualidade ambiental e a redução do risco de incêndio rural no concelho.

Iniciativa n.º 1	**Fonte Financiamento**
• Desenvolver ações de reabilitação e manutenção das galerias prioritárias abates, replantações, obras de estabilização das margens, engenharia natural, conforme normas de atuação.	Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
▯	▯	▯	▯	▯	▯	▯	▯	▯	▯	▯	

Recursos

	Identificação do recurso	**Origem do recurso**	**Custo (€)**
1)	Gestão de Galerias Ripícolas	Contratação de Serviços	118 320.00
		Total (€)	**118 320.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Elaboração de um Plano de Ação para intervenção em galerias ribeirinhas	Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos humanos	Contratação de Serviços	25 000.00
	Total (€)	**25 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Mapa das galerias ribeirinhas prioritárias elaborado (atualizado)	Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos humanos	Contratação de Serviços	10 000.00
	Total (€)	**10 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS	2.3.1.1

Objetivos	Principais entidades envolvidas	
Acompanhar o desenvolvimento do projeto no PME **Principais resultados esperados** Adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido; Proteger o território com eficiência financeira.	**R**	GNR
	A	Comissão Municipal GIFR
	S	ICNF, Município, AGIF, AMP
	C	Município, PSP
	I	GNR
	F	CRGIFR, CSGIFR

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 141 719.01

Indicadores	Unidade	Meta
Número de sinalizações	Nº	290
Número de autos	Nº	10
Taxa de cumprimento voluntário;	%	70
Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias	Nº	93

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:*** A insuficiente implementação das regras relativas às redes de defesa por parte dos particulares constitui uma das principais vulnerabilidades do território face ao risco de incêndio rural. O incumprimento das obrigações legais de gestão de combustível potência a continuidade horizontal e vertical da carga combustível, aumentando a perigosidade e a probabilidade de propagação do fogo.

  A reduzida taxa de cumprimento voluntário, associada a constrangimentos económicos, envelhecimento da população proprietária e fragmentação fundiária, dificulta a eficácia do modelo preventivo estabelecido no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro na sua redação atual. Acresce a necessidade de reforçar a capacidade de fiscalização por parte da GNR, garantindo maior cobertura territorial e equidade na aplicação das regras.

- ***Risco Total:*** Alto 16 (S4, P4)

  O risco associado traduz-se no aumento da exposição de pessoas, bens e infraestruturas a incêndios rurais de elevada intensidade, particularmente em áreas periurbanas e aglomerados inseridos em espaço rural.

  A ausência de fiscalização eficaz e sistemática pode comprometer a credibilidade do sistema, reduzir a perceção de obrigatoriedade legal e enfraquecer o princípio da responsabilidade partilhada consagrado no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

- ***Resolução Geral:***

  A implementação desta ficha deverá assentar em dois eixos complementares:

1. Reforço da fiscalização e monitorização

Planeamento anual de ações de fiscalização por freguesia prioritária;

Sistematização dos dados relativos a sinalizações, autos e cumprimento voluntário;

Avaliação da taxa de regularização após notificação;

Articulação permanente com a GNR, nomeadamente através do SEPNA.

A monitorização contínua permitirá ajustar estratégias, identificar padrões de incumprimento e direcionar ações de sensibilização para áreas críticas.

2. Reforço de meios operacionais

Prevê-se a aquisição de viatura(s), drones e outros equipamentos técnicos que permitam:

Aumentar a capacidade de cobertura territorial;

Realizar vistorias com maior eficiência e segurança;

Melhorar o registo georreferenciado das situações de incumprimento;

Apoiar tecnicamente a tomada de decisão e instrução de processos.

O reforço de meios materiais constitui condição essencial para garantir maior eficácia, rapidez de atuação e credibilidade do sistema fiscalizador

Iniciativa n.º 1	**Fonte Financiamento**
• Promover ações de patrulhamento nas freguesias prioritárias para fiscalizar o cumprimento das regras	OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	**Origem do recurso**	**Custo (€)**
1)	Recursos humanos e Consumíveis	GNR	84 100.00
		Total (€)	**84 100.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	**Fonte Financiamento**
• Investimento em novos materiais para a equipa SEPNA (Viatura, kits de vigilância aérea, Kit mala SEPNA Digital)	OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Viatura	GNR	**40 000.00**
2)	Kit de vigilância aérea	GNR	**14 285.71**
3)	Kit mala SEPNA Digital	GNR	3 333.30
		Total (€)	**57 619.01**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTES DE ÁREAS EDIFICADAS	**2.3.1.2**

Objetivos

Promover candidaturas ao projeto Condomínio de Aldeia, com incidência nas freguesias inseridas em APPS.

Principais resultados esperados

Reduzir as perdas e as ameaças ao edificado e aos cidadãos.

Principais entidades envolvidas

R	Município, privados
A	Comissão Municipal GIFR
S	OPF, ANEPC, AMP, Org. Agric, ICNF, CCDR-N
C	DGT, CCDR-N
I	ANEPC, AGIF
F	CRGIFR, CSGIFR

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 198 000.00

Indicadores	Unidade	Meta
Grau de execução de gestão de combustível na envolvente de áreas edificadas	%	90
Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível	%	80
Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente a áreas edificadas	ha	38.29
Percentagem de projetos apoiados nas faixas de gestão de combustível	%	50
Número de “Condomínios de Aldeia” constituídos	N	6

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:***

  Os aglomerados rurais do concelho caracterizam-se pela forte interface urbano-florestal, pela proximidade a áreas contínuas de matos e povoamentos florestais e pela presença

significativa de edificações dispersas. Esta configuração territorial potência a exposição direta de habitações a incêndios de elevada intensidade.

O abandono agrícola, o envelhecimento da população residente e a fragmentação da propriedade dificultam a manutenção regular dos espaços envolventes, contribuindo para a acumulação progressiva de combustível fino e pesado nas imediações das edificações.

Acresce uma vulnerabilidade estrutural associada a este tipo de projetos: após a execução inicial das intervenções financiadas, a responsabilidade de manutenção recai sobre os proprietários e residentes, não existindo, em regra, financiamento específico para ações de conservação periódica. A inexistência de manutenção continuada pode comprometer, a médio prazo, os resultados alcançados, conduzindo à reconstituição da carga combustível e à perda da eficácia da intervenção.

Verifica-se, assim, o risco de descontinuidade do esforço público, caso não exista compromisso efetivo dos proprietários na gestão subsequente das áreas intervencionadas, colocando em causa a sustentabilidade técnica e financeira do investimento realizado.

- ***Risco Total:*** Alto 16 (S4, P4)

  O risco associado à ausência ou insuficiência de gestão de combustível nas envolventes dos aglomerados rurais traduz-se numa elevada vulnerabilidade estrutural face ao incêndio rural, com potencial para danos humanos, materiais e patrimoniais significativos.

  Para além do risco direto para pessoas e bens, importa considerar o risco de insustentabilidade das intervenções financiadas. Quando, após a execução inicial dos projetos não é assegurada a manutenção continuada das áreas intervencionadas, verifica-se a progressiva reconstituição da carga combustível, anulando, a médio prazo, os ganhos obtidos em termos de redução de perigosidade.

  A inexistência de financiamento específico para a manutenção periódica, aliada à limitada capacidade técnica ou financeira dos proprietários para assegurar essa responsabilidade, pode conduzir à perda de eficácia das medidas implementadas, comprometendo o retorno do investimento público realizado.

  Esta situação representa não apenas um agravamento do risco de incêndio, mas também um risco de ineficiência na aplicação de recursos públicos, na medida em que intervenções estruturais deixam de produzir efeitos duradouros, exigindo novas ações corretivas futuras.

  A sustentabilidade destas iniciativas depende, assim, da consolidação de mecanismos que garantam continuidade na gestão do território e corresponsabilização efetiva dos proprietários e residentes.

- ***Resolução Geral:***

  A intervenção nos aglomerados abrangidos — nomeadamente no Condomínio Aldeia de Paradinha e Meitriz e no Condomínio Aldeia de Arouca (Silveiras, Cortegaça, Lázaro e

Serabigões), deverá assentar numa abordagem integrada, estrutural e continuada garantindo não apenas a execução inicial das faixas de gestão de combustível, mas também a sua manutenção ao longo do tempo.

A estratégia deverá incluir:

- Execução qualificada das intervenções, promovendo a redução seletiva da carga combustível, a criação de descontinuidades eficazes com recursos ao pastoreio extensivo e a valorização de espécies autóctones e regionais;
- Definição clara das responsabilidades de manutenção por parte dos proprietários e residentes, com comunicação formal e reforço da sensibilização para a importância da gestão continuada;
- Integração das áreas intervencionadas em plano municipal de acompanhamento periódico, com monitorização técnica regular e avaliação da evolução da carga combustível;
- Priorização destas áreas nas ações de fiscalização previstas no âmbito do SGIFR e do PME, reforçando o princípio da corresponsabilização;
- Avaliação da possibilidade de criação de mecanismos municipais de apoio à manutenção, designadamente através de equipas municipais, protocolos com juntas de freguesia ou candidaturas a instrumentos de financiamento que permitam assegurar continuidade operacional.

A consolidação desta abordagem permitirá transformar intervenções pontuais em medidas estruturais de prevenção, garantindo maior eficiência do investimento público, estabilidade dos resultados alcançados e reforço efetivo da resiliência dos aglomerados rurais do concelho de Arouca.

Iniciativa n.º 1	**Fonte Financiamento**
• Execução do Projeto Condomínio Aldeia de Arouca	OM, Fundos Comunitários, Privados

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■						

Recursos

	Identificação do recurso	**Origem do recurso**	**Custo (€)**
1)	Recursos Humanos	Município	1000.00
2)	Execução no Terreno	Município	193 000.00
		Total (€)	**194 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Gestão e implementação da candidatura ao Fundo Ambiental, Condomínio Aldeia de Arouca, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas definidos.

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Estruturar ações de sensibilização, capacitação e apoio técnico que estimulem a adesão e a submissão de candidaturas ao Programa Condomínio de Aldeia.	

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
				■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos humanos	Município	2 000.00
2)	Materiais para Sensibilização	Município	1 000.00
		Total (€)	**3 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Desenvolver e formalizar uma candidatura ao Programa Condomínio de Aldeia, envolvendo no mínimo três aldeias do Município de Arouca, com vista à sua valorização e reforço da resiliência territorial.

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Evidenciar as vantagens técnicas, legais e operacionais associadas à responsabilidade pela execução da faixa de gestão de combustível.	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Ações de Sensibilização	Município	1 000.00
	Total (€)	**1 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Promover e dinamizar ações de sensibilização junto dos proprietários envolvidos nos projetos Condomínio Aldeia do Município de Arouca, reforçando a participação e o cumprimento dos objetivos do programa.

PROGRAMAS ALDEIA SEGURA PESSOAS SEGURAS	**2.3.1.4**

Objetivos

Promover candidaturas ao programa ASPS no Município.

Principais resultados esperados

Aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização e reduzir os danos pessoais.

Principais entidades envolvidas

R	Município /ANEPC
A	Comissão Municipal GIFR
S	CCDR, AMP
C	AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produt Agrícolas
I	ANEPC
F	GNR

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 8 480.00

Indicadores	Unidade	Meta
Número total de aglomerados rurais abrangidos	Nº	8
Percentagem de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas	%	80/90
Número de hectares tratados na envolvente dos aglomerados rurais	ha	28.29

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:***

  Nos aglomerados rurais do concelho, a população e os bens encontram-se expostos a várias ameaças:

  - Forte interface urbano-florestal e proximidade de vegetação contínua, que aumentam o risco de incêndios rurais;

- Dispersão das construções, dificultando a proteção coletiva e a evacuação em situação de emergência;
- Limitações na manutenção regular das faixas de combustível, devido à responsabilidade recair sobre os proprietários e à falta de financiamento específico;
- Envelhecimento e diminuição da população residente, reduzindo a capacidade de participação em atividades de autoproteção;
- Desconhecimento ou não adesão a boas práticas de autoproteção e a planos de evacuação;
- Pressões adicionais, como abandono agrícola, deposição de resíduos ou ocupações irregulares, que aumentam a carga combustível e comprometem a eficácia das medidas preventivas.

- ***Risco Total:*** Alto 20 (S4, P5)

  O risco total nos aglomerados rurais do concelho decorre da combinação de fatores estruturais, sociais e de adesão voluntária:

  - Exposição elevada da população e dos bens a incêndios rurais de elevada intensidade, devido à interface urbano-florestal, vegetação contínua e dispersão das construções;
  - Redução da eficácia das faixas de gestão de combustível, quando a manutenção não é realizada regularmente pelos proprietários, comprometendo o efeito preventivo das intervenções;
  - Fragilização da autoproteção comunitária, devido ao envelhecimento e diminuição da população, ao desconhecimento ou à não adesão a boas práticas de prevenção e planos de evacuação;
  - Vulnerabilidade acrescida em contextos de abandono agrícola, deposição de resíduos ou ocupações irregulares, que aumentam a carga combustível e podem potenciar a propagação de incêndios.

  No seu conjunto, estes fatores aumentam a dependência da resposta operacional em situação de emergência, reduzindo a resiliência dos aglomerados e colocando em risco a segurança de pessoas, habitações e infraestruturas críticas.

- ***Resolução Geral:***

  O programa assenta numa abordagem integrada e continuada, com quatro eixos principais:

  1. Gestão de Combustível – execução e manutenção das faixas em torno de habitações e infraestruturas, com responsabilidades claras dos proprietários e monitorização municipal.
  2. Sensibilização e Capacitação Comunitária – formação sobre autoproteção, prevenção de incêndios e planos de evacuação; promoção de grupos de autoproteção.
  3. Monitorização e Fiscalização – acompanhamento da manutenção, fiscalização do cumprimento legal e registo georreferenciado das intervenções.

4. Suporte Operacional e Continuidade – mecanismos municipais ou parcerias para manutenção contínua, e utilização de meios técnicos (drones, viaturas) para inspeção e apoio à resposta local.

Esta abordagem reforça a segurança das pessoas, reduz a vulnerabilidade dos aglomerados rurais e assegura a sustentabilidade das medidas preventivas.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Planeamento e Priorização da Intervenção	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
			■	■	■			■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	Município	2 000.00
		Total (€)	**2 000**

Gestão de risco da iniciativa

O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Com esta iniciativa pretende-se:

- Identificar os aglomerados rurais localizados em Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);
- Hierarquizar a intervenção com base na perigosidade e vulnerabilidade;
- Definir o plano anual de implementação do programa;
- Estabelecer articulação com projetos complementares, nomeadamente Condomínios de Aldeia.

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Implementação Operacional do Programa ASPS	OM, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	▯	▯	▯								

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	Município	1 000.00
2)	Materiais de apoio	ANEPC	1 480.00

3)	Apoio logístico	Bombeiros	1 000.00
4)	Apoio logístico	GNR	1 000.00
		Total (€)	**4 480.00**

Gestão de risco da iniciativa

O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Com esta iniciativa pretende-se:

- Implementar os Programas Aldeia Segura e Pessoas Seguras em 3 aglomerados priorizados;
- Designar Oficiais de Segurança Local;
- Identificar locais de abrigo/refúgio;
- Elaborar e testar planos de evacuação nos 5 aglomerados onde já se encontra implementado o projeto "Aldeias Seguras Pessoas Seguras";
- Realizar ações de sensibilização e capacitação nos 8 aglomerados;
- Monitorizar a execução e os resultados.

Iniciativa n.º 3	**Fonte Financiamento**
• Mobilização e Governança Local	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
			■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	**Origem do recurso**	**Custo (€)**
1) Recursos humanos	Município	2 000.00
	Total (€)	**2 000 .00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Com esta iniciativa pretende-se:

- Identificar e envolver entidades e parceiros locais;
- Garantir alinhamento institucional;
- Promover a mobilização das populações;
- Assegurar acompanhamento contínuo e reforço da participação comunitária.

IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS	PT11D 2.3.1.5

Objetivos

Estabelecer metas e definir as tipologias de intervenção para as ações de infraestruturação das redes de defesa

Principais resultados esperados

Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa, na componente da rede viária florestal e da rede de pontos de água.

Principais entidades envolvidas

R	Município
A	Comissão Municipal GIFR
S	ICNF, Proprietários florestais, ZIF´s, OPF, Juntas de Freguesia
C	AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas
I	AMP, Município
F	Comissão Regional GIFR, CSGIFR

PLAN	PREP	PREV	**PRES**	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 368 199.79

Indicadores	Unidade	Meta
Rede viária florestal intervencionada	%	10
Pontos de água construídos	Nº	2
Infraestruturas para aéreos/mistos intervencionadas	%	100
Operacionalidade da rede de pontos de água	%	100
Atualização da base de dados da RPA	%	100
Atualização da base de dados da RVF	%	100

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:*** No que se refere a esta ficha de projeto, prevemos diversas ameaças como sejam:
    - Degradação ou insuficiência da rede viária florestal, limitando o acesso rápido e seguro dos meios de combate a incêndios rurais;
    - Existência de troços com largura, pavimento ou drenagem inadequados, comprometendo a mobilidade operacional e a segurança dos operacionais;
    - Défice de pontos de água estrategicamente distribuídos no território municipal;

- Inoperacionalidade sazonal ou estrutural de pontos de água existentes, por falta de manutenção, assoreamento ou insuficiente capacidade de armazenamento;
- Atrasos na execução das intervenções por constrangimentos financeiros, administrativos ou de contratação pública;
- Falta de atualização e consolidação da base de dados das redes de defesa, dificultando o planeamento e a gestão operacional.

- ***Risco Total:*** Elevado 12 (S3, P4)

A insuficiência ou degradação das infraestruturas da rede viária florestal e da rede de pontos de água compromete a eficácia da primeira intervenção e reduz a capacidade de controlo de incêndios em fase inicial.

A limitação de acessos e a inexistência ou má localização de pontos de água podem aumentar os tempos de resposta, dificultar manobras de contenção, reduzir a segurança das equipas no terreno e potenciar a propagação do fogo.

Em termos globais, o risco traduz-se em:

- Maior probabilidade de incêndios de grande dimensão;
- Aumento da área ardida e dos danos em povoamentos florestais, habitações e infraestruturas;
- Acréscimo de custos públicos associados ao combate e à recuperação pós-incêndio;
- Redução da eficiência do investimento público na defesa da floresta contra incêndios.

- ***Resolução Geral:***

Para se poder encontra soluções deve-se ter em atenção o:

- Planeamento estratégico das intervenções na rede viária florestal e na rede de pontos de água, com base em critérios de risco, cobertura operacional e articulação intermunicipal;
- Beneficiação e manutenção da rede viária florestal, assegurando condições adequadas de circulação, segurança e articulação com zonas prioritárias;
- Construção de 2 novos pontos de água em 2026, estrategicamente localizados para reforço da cobertura territorial;
- Garantia da operacionalidade permanente da rede de pontos de água, incluindo manutenção preventiva e verificação periódica;
- Atualização contínua da base de dados das redes de defesa, assegurando informação fiável para apoio à decisão e gestão operacional;
- Monitorização anual das metas definidas no PME, garantindo alinhamento com o SGIFR e melhoria contínua das infraestruturas de defesa.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Intervenções da rede viária florestal	Fundos Comunitários, OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Beneficiação de Rede Viária Florestal	Município	246 451.45
2)	Construção de Rede Viária Florestal	Município	21 748.34
		Total (€)	**268 199.79**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Intervenções da rede de pontos de água	OM, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Beneficiação de Pontos de água (11)	Município	10 000.00
2)	Construção de 2 Pontos de água	Município	80 000.00
		Total (€)	**90 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 3	Fonte Financiamento
• Atualização de bases de dados do SIGIF	OM, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos humanos	Município	10 000.00
2)	Meios Materiais	Município	
		Total (€)	**10 000.00**

Gestão de risco da iniciativa **Total (€)** **10 000.00**

Gestão de risco da iniciativa O referido na gestão de risco do projeto

Observações O referido na gestão de risco do projeto

Observações

V.3 PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS

MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS	3.1.1.2.
Objetivos • Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes. **Principais resultados esperados** • Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; • Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; • Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas. • Redução do número de acidentes e área ardida resultantes de queimas e queimadas	**Principais entidades envolvidas** **R** ICNF e Municípios **A** Comissão Municipal GIFR **S** ANEPC, GNR, BB, **C** IPMA, AGIF **I** ICNF **F** CRGIFR, CSGIFR

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento global do projeto neste PME (€): 166 500.00

Indicadores	Unidade	Meta
Adesão à Plataforma das Queimas e Queimada do ICNF, I.P.	%	100
Pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P.	%	100
Resposta aos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas	%	100
Dias de suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico "Elevado"	Nº	0

Pessoas acidentadas como grave em queimas e queimadas por ano	N.º	0
Ações de capacitação de entidades locais	Nº	1

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:*** A utilização do fogo para gestão de sobrantes agrícolas e florestais, quando não devidamente enquadrada e acompanhada, constitui um fator relevante de ignição no território municipal.
  - Realização de queimas e queimadas sem enquadramento técnico adequado, aumentando o risco de incêndio rural;
  - Incumprimento das condições legais e operacionais definidas na legislação em vigor;
  - Desconhecimento por parte da população das regras, períodos críticos e procedimentos obrigatórios;
  - Realização de fogo em condições meteorológicas adversas (vento, baixa humidade, temperatura elevada);
  - Envelhecimento da população rural, dificultando a execução segura das operações;
  - Insuficiente acompanhamento técnico e operacional das ações comunicadas.

- ***Risco Total:*** Alto 20 (S5, P4)

  O risco total associado à realização de queimas e queimadas sem apoio técnico adequado traduz-se no aumento da probabilidade de ignições com potencial de evolução para incêndios rurais de média ou grande dimensão.

  Para além dos impactos ambientais e operacionais, importa considerar as consequências económicas diretas para os proprietários, designadamente:
  - Perda de culturas agrícolas, pastagens, povoamentos florestais ou infraestruturas rurais;
  - Danos em bens próprios ou de terceiros, com eventual responsabilidade civil associada;
  - Aplicação de coimas e outras sanções legais;
  - Interrupção da atividade produtiva e diminuição do rendimento familiar.

  Em termos globais, o risco reflete-se no agravamento da vulnerabilidade do território, no aumento dos custos públicos de combate e recuperação e na fragilização económica das comunidades rurais.

- ***Resolução Geral:*** Para mitigar os riscos identificados e reduzir a probabilidade de ignições associadas ao uso negligente do fogo, o Município deverá implementar um conjunto de medidas estruturadas de apoio técnico, sensibilização e acompanhamento da população:
  - Disponibilização de apoio técnico municipal à população para planeamento e execução segura de queimas e queimadas;
  - Divulgação clara dos procedimentos legais, períodos autorizados e condições obrigatórias;
  - Promoção de ações de sensibilização sobre o uso seguro do fogo e alternativas à queima de

sobrantes;

- Articulação com as entidades competentes para verificação de condições meteorológicas e enquadramento legal;
- Monitorização das comunicações e acompanhamento das operações sempre que necessário;
- Reforço da capacitação da população rural para reduzir ignições de origem negligente.

Observações

Iniciativa n.º 1	Fonte de Financiamento
• Centralizar a informação da realização das queimas e queimadas na Plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF	OM

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■					■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	Município	25 500.00
		Total (€)	**25 500.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	Fonte de Financiamento
• Aquisição de triturador que possa circular pelas freguesias por forma a promover alternativas à prática de queimas e queimadas	Município, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos humanos	Município	51 000.00
2)	Aquisição de triturador	Município	65 000.00
		Total (€)	**116.000,00 €**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Em alternativa ao suporte e apoio logístico à realização de queimas e queimadas, será adquirido um triturador, de utilização itinerante entre freguesias, de forma a dar resposta às necessidades específicas de cada uma.

Iniciativa n.º 3	Fonte de Financiamento
• Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população-alvo, privilegiando canais de proximidade, quer na plataforma digital quer através de apoio telefónico.	OM, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos humanos	Contratação de Serviços	25 500.00
2)	Equipamentos		2 000.00
		Total (€)	**27 500.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 4	Fonte de Financiamento
• Suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico "Elevado"	OM, OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
3)	Recursos humanos	Contratação de Serviços	0.00
4)	Equipamentos		0.00
		Total (€)	**0.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações O Município de Arouca não subscreve a presente iniciativa, uma vez que a realização de queimas e queimadas não é permitida em situações de perigo meteorológico classificado como "Elevado" no Município de Arouca. Acresce que, mesmo nos períodos em que tal prática é legalmente admissível, não se encontram reunidas as condições para assegurar os recursos humanos e a logística necessários à sua concretização.

Por outro lado, a implementação da iniciativa n.º 2 "aquisição de triturador itinerante para circulação pelas freguesias, promovendo alternativas às queimas e queimadas", constitui uma solução mais adequada e sustentável, incentivando práticas alternativas à utilização do fogo.

MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	**3.1.1.3**

Objetivos

Identificar os territórios onde o uso do fogo para renovação de pastagens está associado às causas e motivações dos incêndios

Integrar essas áreas no Plano de Gestão de Combustível

Apoiar na execução de queimadas para renovação de pastagens

Promover ações de sensibilização junto dos pastores.

Principais resultados esperados

Redução das ignições associadas à remoção de pastagens em dias com perigo meteorológico de incêndio elevado ou muito elevado.

Principais entidades envolvidas

R	ICNF/Municípios
A	Comissão Municipal GIFR
S	GNR/UEPS, ANEPC/FEPC, JF, OPF, Privados, BB
C	ANEPC
I	ICNF
F	CRGIFR, CSGIFR

PLAN	PREP	PREV	**PRES**	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 1 550.00

Indicadores	Unidade	Meta
Área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado	%	50
Redução de ignições com causa associada à renovação de pastagens nos territórios rurais	%	70
Ações de comunicação de proximidade dirigida a pastores nos territórios referenciados	Nº	3
Freguesias dos territórios referenciados com mecanismo de apoio implementado	%	100

Gestão de risco do projeto

• **Ameaças:** A implementação de um mecanismo de apoio à realização de queimadas pode ser condicionada por fatores operacionais, técnicos e comportamentais que influenciam a sua eficácia:

- Realização de queimadas sem enquadramento técnico ou acompanhamento adequado;
- Incumprimento das condições legais e operacionais previstas na legislação em vigor;
- Desconhecimento ou desvalorização do risco por parte dos promotores;
- Condicionantes meteorológicas adversas que aumentam o risco de descontrolo do fogo;
- Limitação de meios humanos e operacionais para acompanhamento das queimadas;

- Procura superior à capacidade de resposta dos serviços, dificultando o agendamento e acompanhamento atempado.

Risco Total: Alto 16 (S4, P4)

A ausência ou insuficiência de um mecanismo estruturado de apoio à realização de queimadas pode conduzir à execução destas práticas em condições inseguras, aumentando a probabilidade de ignições e de incêndios rurais.

Este cenário pode resultar em:

- Evolução de queimadas mal conduzidas para incêndios de maior dimensão;
- Aumento da área ardida e dos danos em povoamentos florestais e áreas agrícolas;
- Maior mobilização de meios de combate e consequente acréscimo de custos públicos;
- Perdas económicas para os proprietários e produtores agrícolas;
- Responsabilização legal dos intervenientes.

Globalmente, o risco traduz-se no aumento de ignições evitáveis e na redução da eficácia das políticas de prevenção do uso do fogo.

Resolução Geral: As entidades (ICNF, GNR, Município, Corporações de Bombeiros, OPFS, etc.) deverão implementar um mecanismo estruturado de apoio técnico e operacional à realização de queimadas, que inclua:

- Apoio ao planeamento e autorização das queimadas, garantindo o cumprimento das condições legais e técnicas;
- Disponibilização de acompanhamento técnico e, sempre que necessário, operacional durante a execução;
- Definição de critérios de priorização e calendarização das solicitações;
- Articulação das entidades competentes;
- Monitorização das condições meteorológicas e avaliação prévia do risco;
- Sensibilização dos promotores para práticas seguras e alternativas à queimada.

A implementação deste mecanismo permitirá reduzir o número de ignições associadas ao uso do fogo, aumentar a segurança das operações e proteger os bens e rendimentos das populações rurais.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Desenvolver ações de comunicação dirigidas aos pastores, com enfoque na divulgação da existência do mecanismo, visando a redução das ignições	OM, OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■						■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos humanos	ICNF, Município	300.00
	Total (€)	300.00

Gestão de risco da iniciativa

• O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Durante o ano de 2026 serão contactados todos os pastores, com vista ao levantamento de necessidades e à sua sensibilização para as regras e os cuidados a ter na realização de queimadas.

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Apoiar na execução de queimadas para renovação de pastagens e áreas de caça	OM, OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■						■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos humanos	ICNF, Município, Bombeiros, GNR	1 000.00
2) Recursos materiais (Combustível)	ICNF, Município	250.00
	Total (€)	1250.00

Gestão de risco da iniciativa

• O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Durante o ano de 2026 serão efetuadas no mínimo 5 ações de queima no Concelho de Arouca.

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE — 3.2.1.2

Objetivos

Criar ações de sensibilização da população a nível local, seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes, promovendo a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade.

Principais resultados esperados

- Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros,

Principais entidades envolvidas

R	Município, ANEPC, GNR, ICNF
A	Comissão Municipal GIFR
S	AMP, CCDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE
C	AGIF, entidades da comunidade local, OPF
I	CIM
F	CRGIFR, CSGIFR

aumentando a proteção das populações e espaços rurais.								
PLAN	**PREP**	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 6 500.00

Indicadores	Unidade	Meta
Ações de sensibilização locais	Nº	15
Cidadãos abrangidos pelas iniciativas	Nº	30
Ações em canais de comunicação	Nº	10
Variação do número de ignições anuais	%	<6
Ações de capacitação locais	Nº	3

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:***

  A eficácia da comunicação preventiva pode ser comprometida por um conjunto de fatores estruturais, sociais e culturais que condicionam a adesão da população às boas práticas, como sejam:

  - Desadequação das mensagens às especificidades locais e aos fatores de risco dominantes no território;
  - Comunicação excessivamente genérica ou institucional, com baixa identificação por parte da comunidade;
  - Envelhecimento da população e limitações no acesso a canais digitais;
  - Resistência à mudança de práticas tradicionais relacionadas com o uso do fogo e gestão da propriedade;
  - Descontinuidade das ações de sensibilização ao longo do tempo;
  - Défice de articulação entre entidades intervenientes na prevenção.

- ***Risco Total:*** Alto 12 (S3, P4)

  A ausência de comunicação especializada e adaptada ao contexto local pode traduzir-se numa fraca adesão às medidas preventivas e na manutenção de comportamentos de risco. Este cenário poderá potenciar:

  - O aumento de ignições associadas a negligência ou desconhecimento;
  - O incumprimento das regras de gestão de combustível e uso do fogo;
  - A baixa participação da comunidade em iniciativas de autoproteção;
  - A fragilização da cultura de prevenção e corresponsabilização territorial.

  Em termos globais, o risco total reflete-se na redução da eficácia das políticas públicas de prevenção e no aumento da vulnerabilidade do território a incêndios rurais.

- ***Resolução Geral:***

  Para mitigar os riscos identificados, as entidades deverão implementar uma estratégia de comunicação especializada, contínua e territorialmente adaptada, que inclua:

  - Desenvolvimento de campanhas locais direcionadas aos principais fatores de risco identificados;
  - Realização de sessões presenciais;
  - Utilização de linguagem clara, acessível e adaptada aos públicos-alvo;
  - Envolvimento de líderes locais, juntas de freguesia e associações na disseminação das mensagens;
  - Articulação com escolas e organizações comunitárias para reforço da cultura de prevenção;
  - Avaliação periódica do impacto das ações de sensibilização.

  A implementação desta estratégia permitirá reforçar a cultura de prevenção, promover comportamentos mais seguros e aumentar a resiliência das comunidades locais face ao risco de incêndio rural.

Iniciativa n.º 1	**Fonte Financiamento**
• Desenvolver ações de comunicação de proximidade nas comunidades, com vista ao apoio dos projetos inscritos nos PSA, bem como promover ações de sensibilização direcionadas às comunidades locais.	OM, OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	**Origem do recurso**	**Custo (€)**
1)	Recursos Humanos	Município, GNR, ICNF	1 500.00
		Total (€)	**1 500.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	**Fonte Financiamento**
• Realizar iniciativas de âmbito cultural e de sensibilização no âmbito da comunicação de proximidade	OM, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Recursos Humanos	Município	5 000.00
	Total (€)	**5 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações: Será apresentada uma peça de teatro em todas as escolas do concelho, bem como uma sessão adicional dirigida à comunidade local, perfazendo um total de 12 apresentações.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO	**3.2.2.1**

Objetivos

Identificar públicos-alvo

Desenvolver plano de comunicação municipal focado nas mensagens dirigidas aos públicos-alvo

Principais resultados esperados

Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas

Principais entidades envolvidas

R	Municípios/DGESTE
A	Comissão Municipal GIFR
S	AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, CIM
C	
I	DGESTE
F	CRGIFR, CSGIFR

PLAN	PREP	**PREV**	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 17 000.00

Indicadores	Unidade	Meta
Iniciativas dirigidas à população escolar, por ciclo de Ensino	Nº	11
Escolas dos 1.º e 2.º ciclos do ensino que desenvolvem trabalho de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios	%	70

Gestão de risco do projeto

- ***Ameaças:***

A implementação de práticas pedagógicas orientadas para a educação para o risco pode ser condicionada por diversos fatores institucionais e sociais:

- Integração insuficiente dos conteúdos sobre risco e alterações climáticas nos programas escolares;
- Sobrecarga curricular, limitando a disponibilidade das escolas para desenvolver atividades complementares;
- Falta de formação específica dos docentes na área da gestão do risco e prevenção;

- Descontinuidade das iniciativas pedagógicas ao longo dos anos letivos;
- Fraca articulação entre o Município e os estabelecimentos de ensino;
- Dificuldade em adequar as mensagens às diferentes faixas etárias.

- ***Risco Total:*** Alto 12 (S3, P4)

A ausência de uma estratégia pedagógica estruturada e continuada pode comprometer a formação de uma cultura preventiva nas gerações mais jovens.

Tal situação pode traduzir-se em:

- Baixo nível de literacia em matéria de risco e alterações climáticas;
- Manutenção de comportamentos de risco no futuro;
- Reduzida capacidade de adoção de medidas de autoproteção e adaptação;
- Menor envolvimento das famílias e da comunidade nas práticas preventivas.

Em termos globais, o risco total reflete-se na perda de oportunidade de consolidar, a médio e longo prazo, uma cultura territorial de prevenção e adaptação às alterações climáticas.

- ***Resolução Geral:***

Para mitigar os riscos identificados, deverá ser promovida uma abordagem estruturada, contínua e adaptada aos diferentes níveis de ensino, que inclua:

- Identificação clara dos públicos-alvo no ensino básico e secundário;
- Desenvolvimento de um plano de comunicação municipal específico para o contexto escolar;
- Produção de conteúdos pedagógicos ajustados às diferentes faixas etárias;
- Articulação com direções escolares e docentes para integração das atividades no plano anual de escola;
- Promoção de ações práticas (simulações, exercícios, projetos interdisciplinares);
- Monitorização anual do impacto das iniciativas desenvolvidas.

A implementação destas medidas permitirá reforçar a literacia em matéria de risco, promover comportamentos responsáveis e contribuir para uma comunidade mais resiliente face às alterações climáticas.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
• Dinamização do projeto raposa chama para sensibilização do publico infanto juvenil (5 aos 12anos) junto da comunidade escolar	OM, OE, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■					■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos humanos e Didáticos	ANEPC, AGIF, Município	15 000.00
		Total (€)	**15 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

Iniciativa n.º 2	Fonte Financiamento
• Instituir, nas escolas do 3.º ciclo e do ensino secundário, um dia dedicado à sensibilização para as regras básicas de prevenção e atuação em caso de incêndios rurais, em articulação com as entidades locais responsáveis pela prevenção e combate aos fogos rurais.	OM, OE, Fundos Comunitários

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■					■	■	■

Recursos

	Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1)	Recursos Humanos	ANEPC, GNR, Município, Bombeiros	2 000.00
		Total (€)	**2 000.00**

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações

VII - ANEXOS

PROJETOS A AGUARDAR DECLINAÇÃO MUNICIPAL DECORRENTE DO PLANEAMENTO PSA - AMP

	PROJETOS INTEGRADOS DE BIOECONOMIA E ECONOMIA CIRCULAR	**PT11C1.2.2.6**
	Pressupõe a definição de projetos piloto definidos no nível regional.	

	GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSITEMAS	**2.1.1.2**
	Não tem maturidade para se avançar com o projeto ao nível dos PME, aguarda definição metodologia para pagamento SE, regulamentação, etc.	

	PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	**2.2.1.5**
	Aguarda definição do nível sub-regional para identificação concreta das áreas a intervir	

	PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	**2.2.1.7**
	Pressupõe a definição da localização de projetos piloto a definir no nível sub-regional	

	PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM	**2.2.2.1**
	Pressupõe a definição da localização de projetos piloto a definir no nível sub-regional	

	PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	**2.2.2.2**
	Pressupõe a definição da localização de projetos piloto a definir no nível sub-regional	

PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	**1.1.3.2**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM	**1.2.1.2**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	**1.2.2.1**
Projeto não transitado decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	**1.2.2.4**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	**1.2.3.2**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM	**2.1.1.1**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	**3.1.2.2**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	**3.1.3.3**
Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	**3.2.1.1**

	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	FORMAÇÃO DOS ORGÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	**3.2.1.4**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

	SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADE COM CAPACIDADE DE DECISÃO	**4.1.1.2**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (SGIFR)	**4.1.2.1**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA	**4.1.2.2**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO	**4.1.2.3**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS	**4.1.2.4**
	ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL	**4.1.3.1**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	**4.2.2.1**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	
	SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	**4.2.2.3**
	Projeto não transitado para o nível municipal, decorrente do exercício de planeamento do PSA - AMP	

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;

- Analisar o risco;

- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)

- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), comotransferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

Severidade **Probabilidade**	Negligenciável(1)	Baixa(2)	Média(3)	Grave(4)	Catastrófica(5)
Quase certa (5)	**Moderado5**	**Elevado 10**	**Alto 15**	**Alto 20**	**Extremo 25**
Alta (4)	**Baixo4**	**Moderado8**	**Elevado 12**	**Alto 16**	**Alto 20**
Média (3)	**Baixo3**	**Moderado6**	**Moderado9**	**Elevado 12**	**Alto 18**
Baixa (2)	**Baixo2**	**Baixo4**	**Moderado6**	**Moderado8**	**Elevado 10**
Rara (1)	**Baixo1**	**Baixo2**	**Baixo3**	**Baixo4**	**Moderado5**

GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

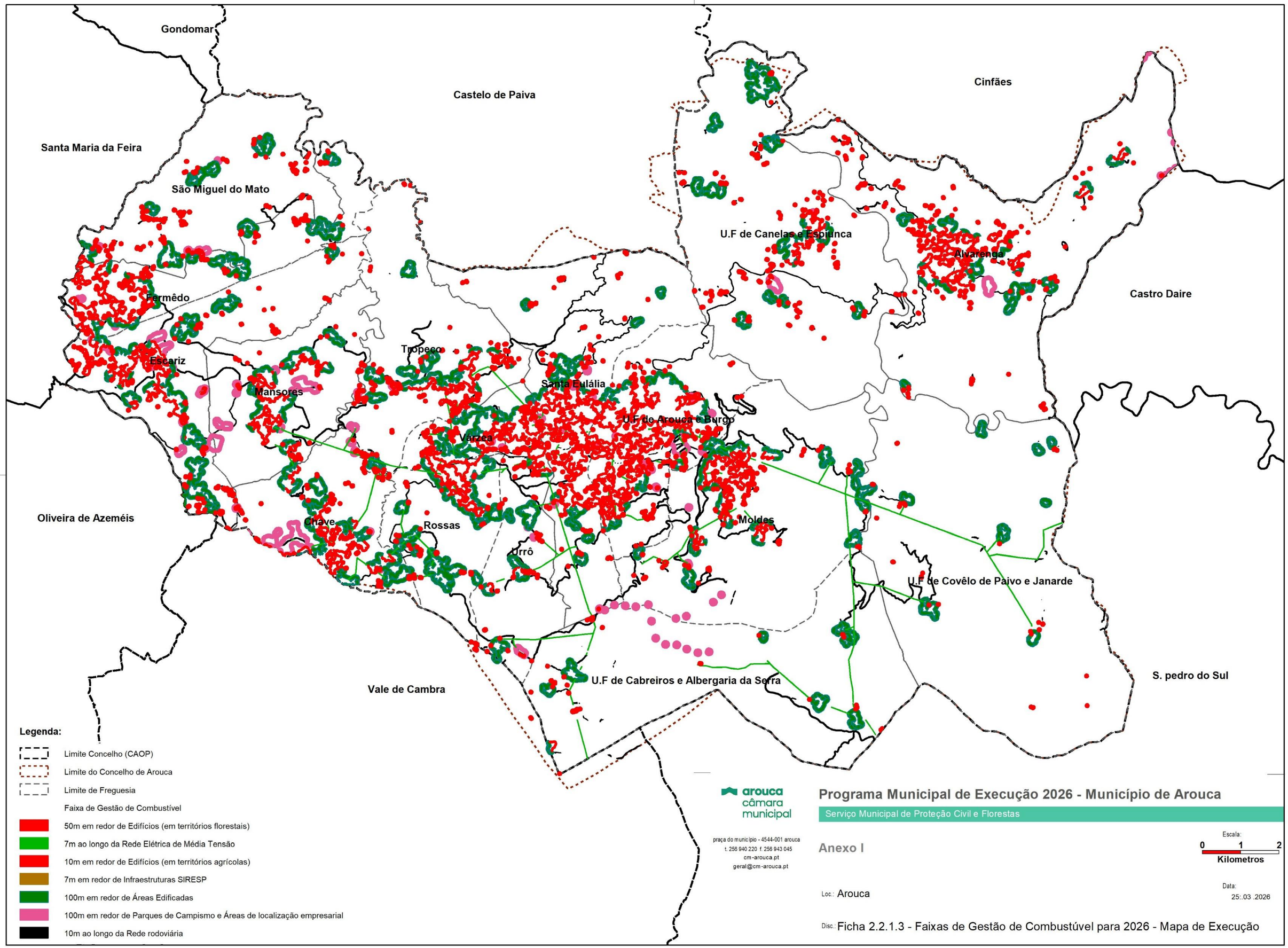
A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do Programa Regional de Ação do Norte é efetuada com a instituição de um modelo de matriz de responsabilidade designada de RASCIF de acordo com a codificação abaixo:

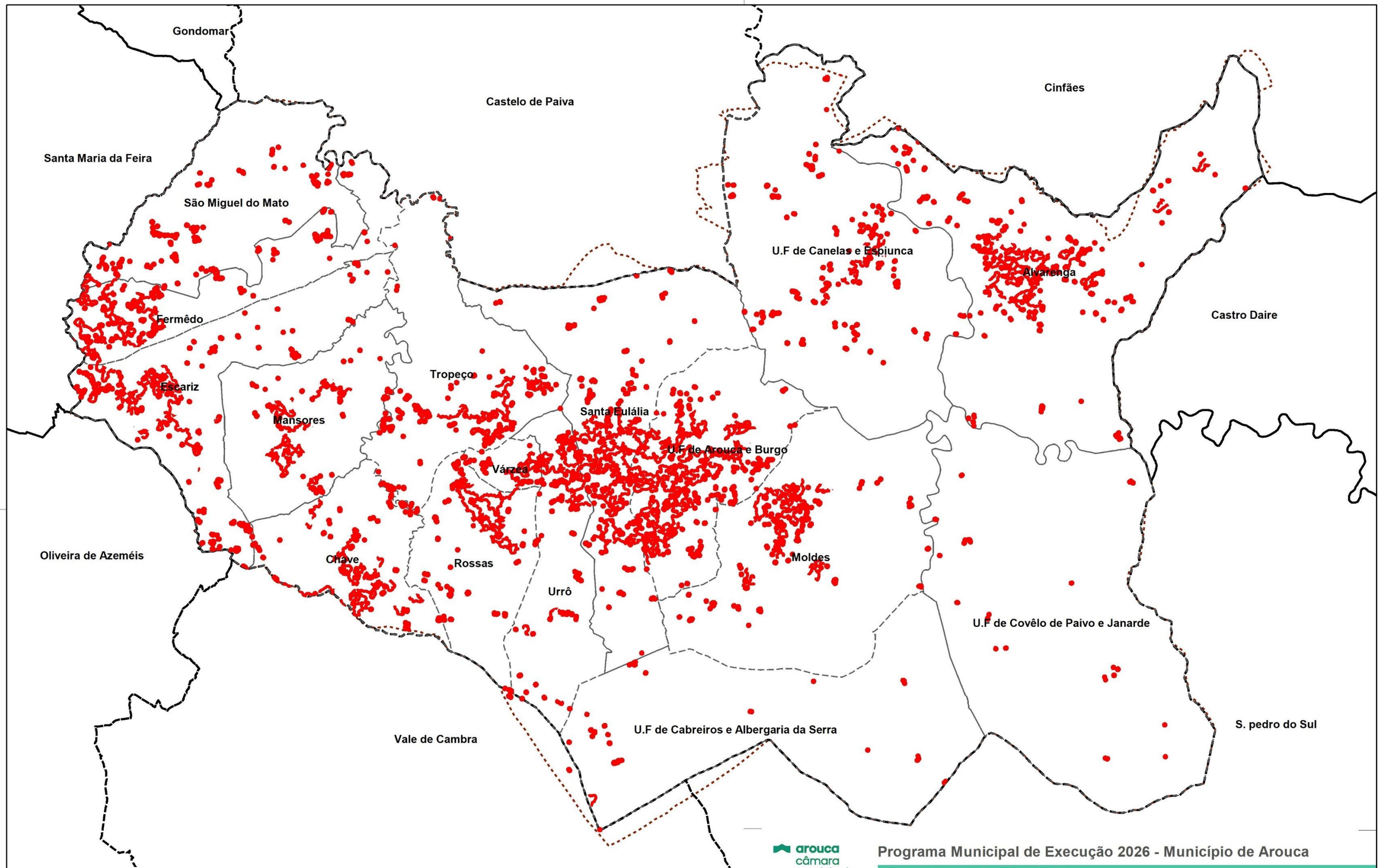
EC	**Entidade Coordenadora** Entidade que coordena e promove a concretização do processo
R	**Responsável** A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	**Autoriza** A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	**Suporta** As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	**Consultado** As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	**Informado** As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	**Fiscaliza**

	A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	**Avalia e Articula** A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

Glossário PME Arouca
OM – Orçamento Municipal
OE – Orçamento de Estado
FGC – Faixas de Gestão de Combustível

CARTOGRAFIA DE DETALHE


Gondomar
Castelo de Paiva
Cinfães
Santa Maria da Feira
São Miguel do Mato
U.F de Canelas e Espiunca
Alvarenga
Fermêdo
Castro Daire
Tropeço
Escariz
Santa Eulália
Mansores
U.F de Arouca e Burgo
Várzea
Oliveira de Azeméis
Chave
Rossas
Moldes
Urrô
U.F de Covêlo de Paivo e Janarde
U.F de Cabreiros e Albergaria da Serra
Vale de Cambra
S. pedro do Sul
Legenda:
Limite Concelho (CAOP)
Limite do Concelho de Arouca
Limite de Freguesia
Faixa de Gestão de Combustível
50m em redor de Edifícios (em territórios florestais)
7m ao longo da Rede Elétrica de Média Tensão
10m em redor de Edifícios (em territórios agrícolas)
7m em redor de Infraestruturas SIRESP
100m em redor de Áreas Edificadas
100m em redor de Parques de Campismo e Áreas de localização empresarial
10m ao longo da Rede rodoviária
arouca
câmara
municipal
praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt
Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca
Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas
Anexo I
Escala:
0 1 2
Kilometros
Loc.: Arouca
Data:
25:.03 .2026
Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustível para 2026 - Mapa de Execução



Legenda:

- Limite Concelho (CAOP)
- Limite do Concelho de Arouca
- Limite de Freguesia
- Faixa de Gestão de Combustível
- 50m em redor de Edifícios (em territórios florestais)
- 10m em redor de Edifícios (em territórios agrícolas)

arouca câmara municipal

praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt

Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

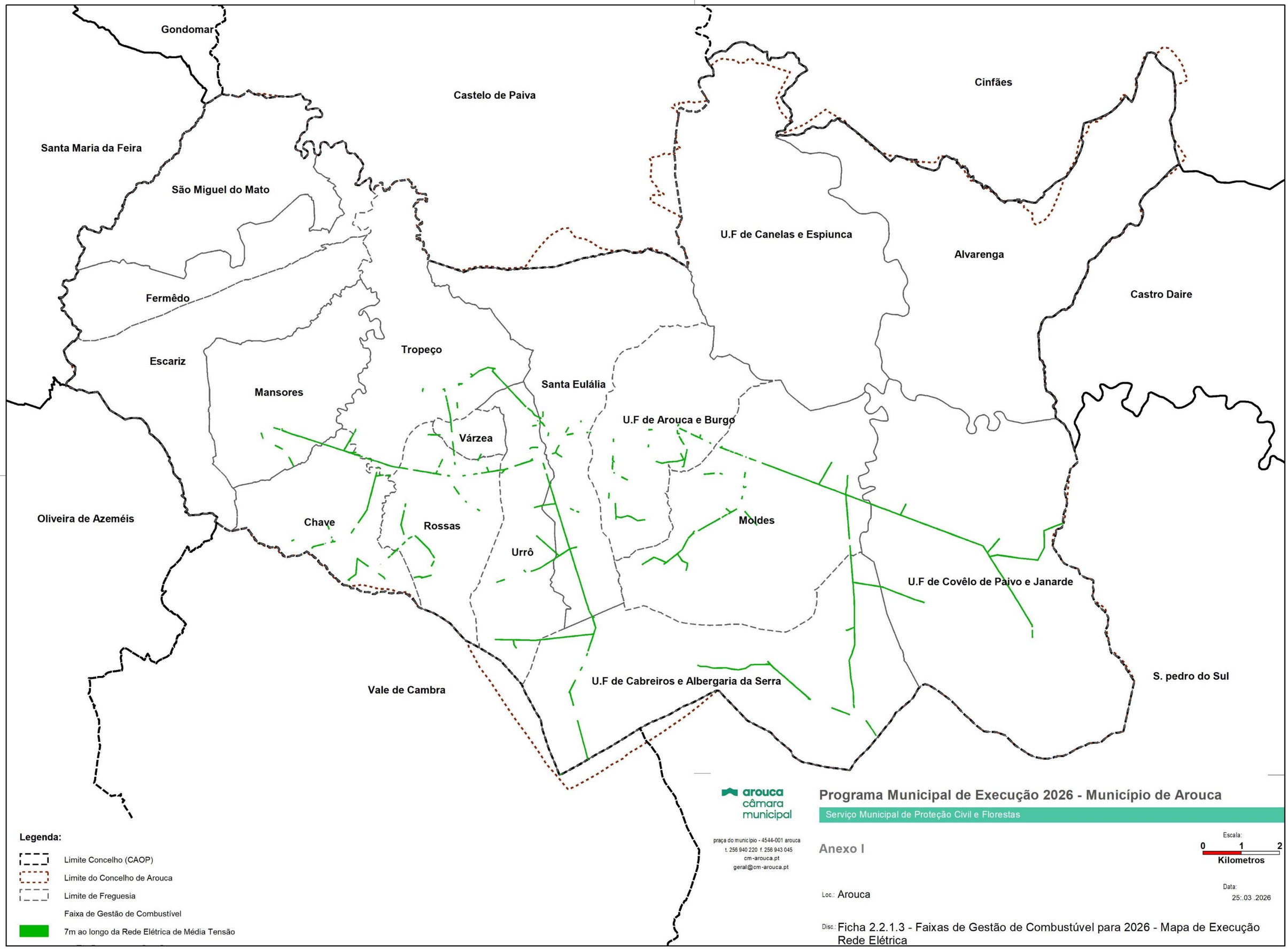
Anexo I

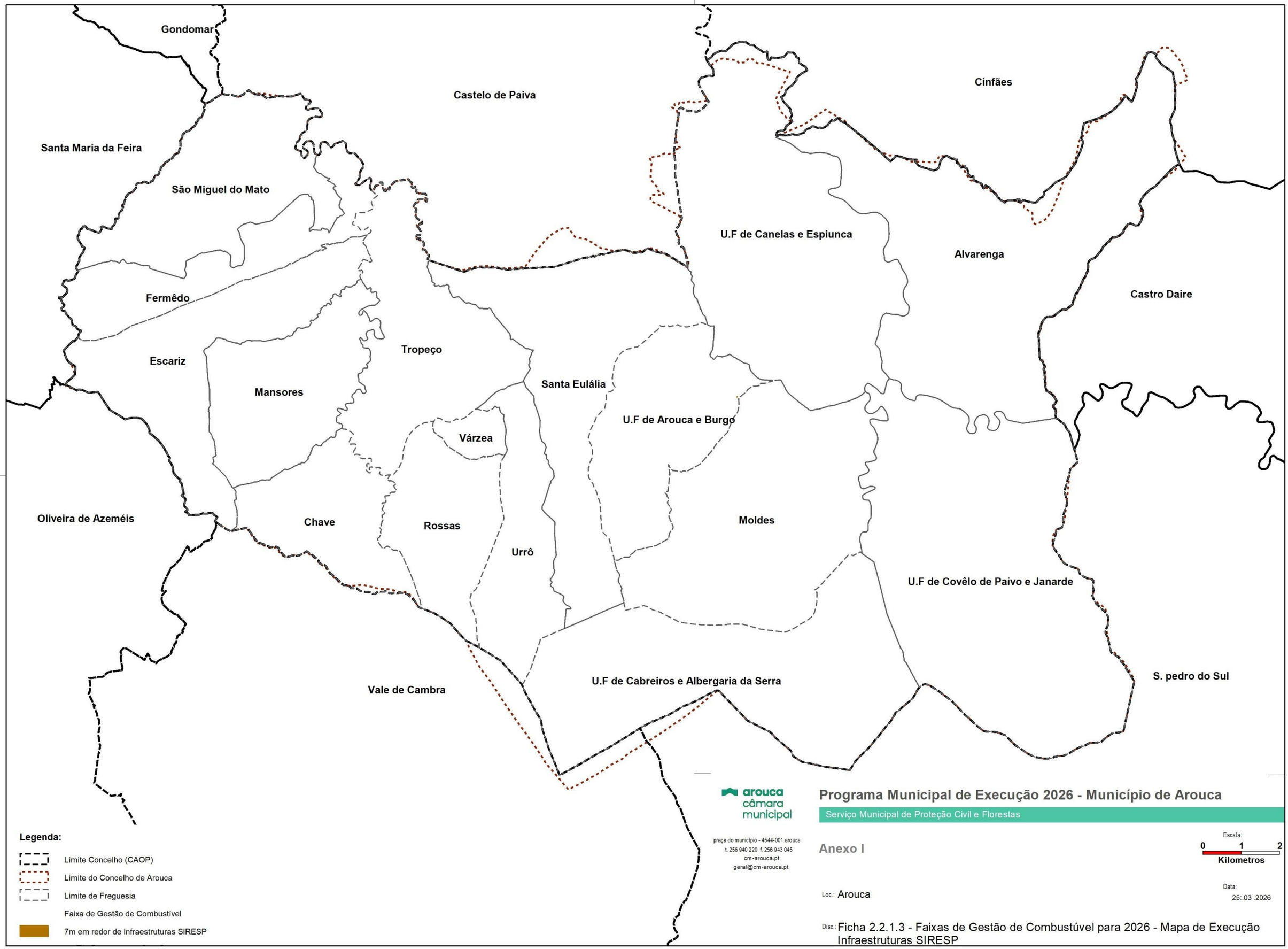
Escala: 0 1 2 Kilometros

Loc.: Arouca

Data: 25:.03 .2026

Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustúvel para 2026 - Mapa de Execução Edifícios


Gondomar
Castelo de Paiva
Cinfães
Santa Maria da Feira
São Miguel do Mato
U.F de Canelas e Espiunca
Alvarenga
Castro Daire
Fermêdo
Escariz
Tropeço
Mansores
Santa Eulália
U.F de Arouca e Burgo
Várzea
Oliveira de Azeméis
Chave
Rossas
Urrô
Moldes
U.F de Covêlo de Paivo e Janarde
Vale de Cambra
U.F de Cabreiros e Albergaria da Serra
S. pedro do Sul
Legenda:
Limite Concelho (CAOP)
Limite do Concelho de Arouca
Limite de Freguesia
Faixa de Gestão de Combustível
7m ao longo da Rede Elétrica de Média Tensão
arouca
câmara
municipal
praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt
Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca
Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas
Anexo I
Escala:
0 1 2
Kilometros
Loc.: Arouca
Data:
25:.03 .2026
Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustúvel para 2026 - Mapa de Execução Rede Elétrica



Legenda:

- Limite Concelho (CAOP)
- Limite do Concelho de Arouca
- Limite de Freguesia
- Faixa de Gestão de Combustível
- 7m em redor de Infraestruturas SIRESP

arouca câmara municipal

praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt

Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

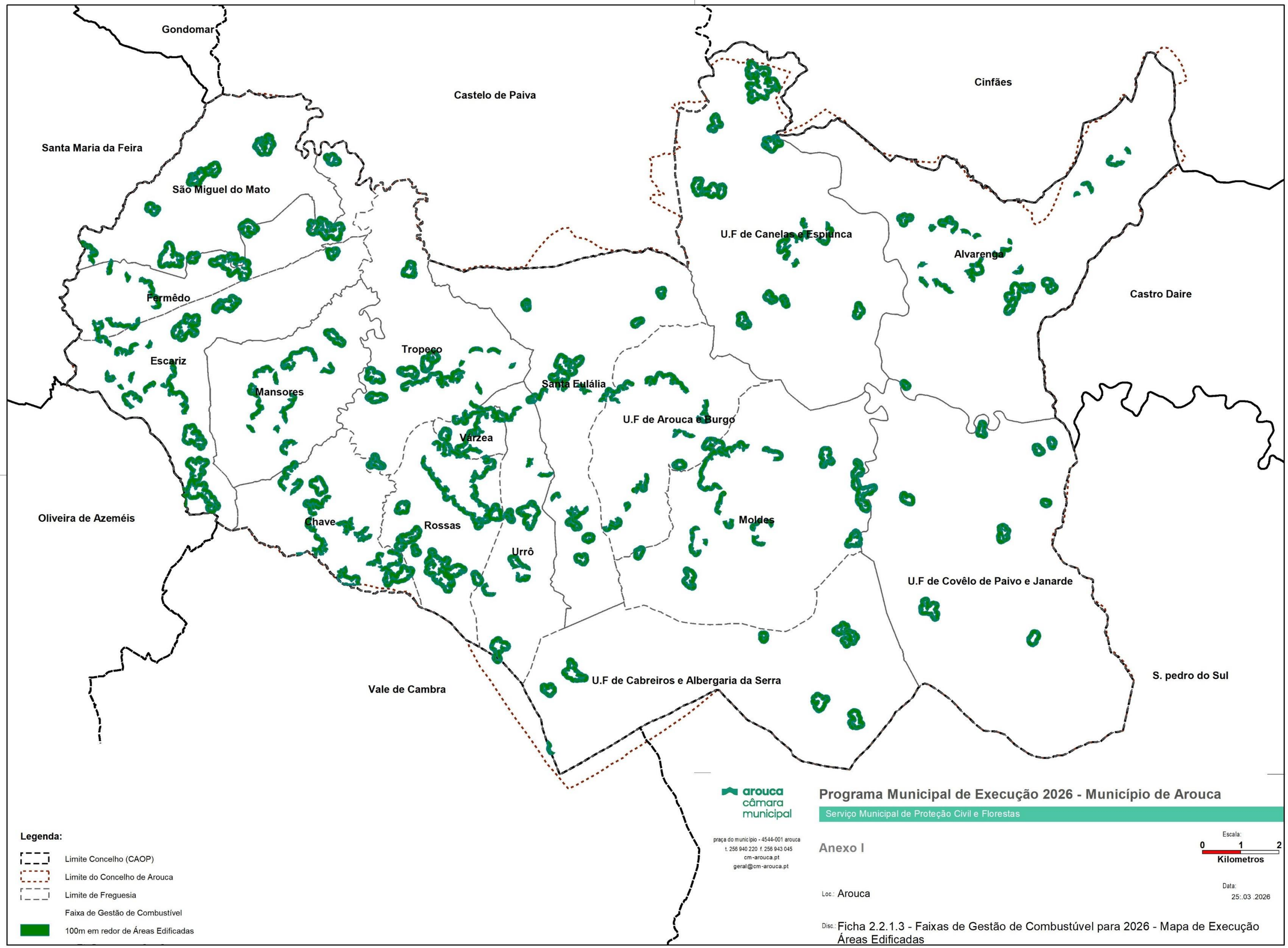
Anexo I

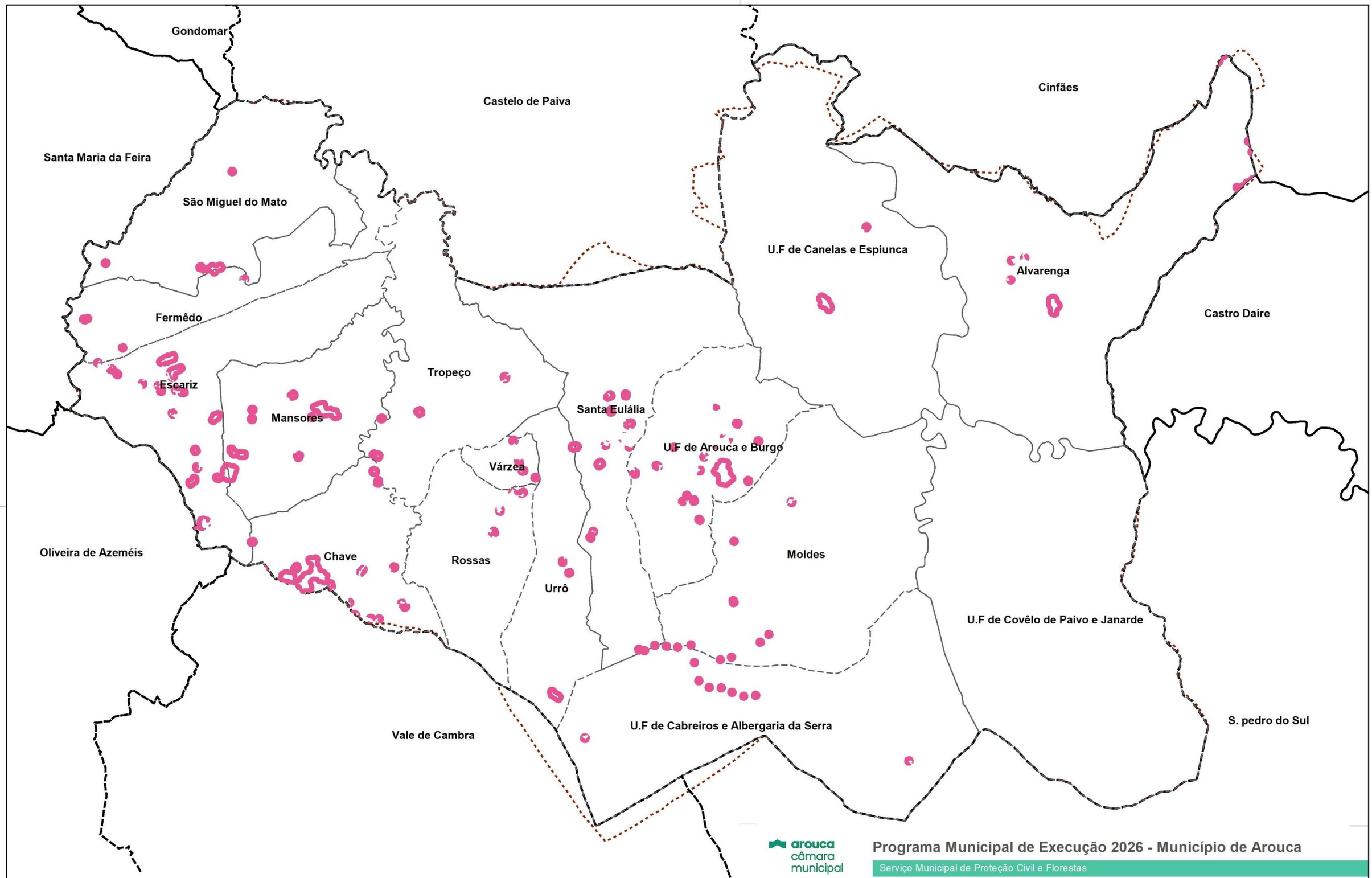
Escala: 0 1 2 Kilometros

Loc.: Arouca

Data: 25:.03 .2026

Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustúvel para 2026 - Mapa de Execução Infraestruturas SIRESP


Gondomar
Castelo de Paiva
Cinfães
Santa Maria da Feira
São Miguel do Mato
U.F de Canelas e Espiunca
Alvarenga
Castro Daire
Fermêdo
Escariz
Tropeço
Mansores
Santa Eulália
U.F de Arouca e Burgo
Várzea
Oliveira de Azeméis
Chave
Rossas
Urrô
Moldes
U.F de Covêlo de Paivo e Janarde
Vale de Cambra
U.F de Cabreiros e Albergaria da Serra
S. pedro do Sul
Legenda:
Limite Concelho (CAOP)
Limite do Concelho de Arouca
Limite de Freguesia
Faixa de Gestão de Combustível
100m em redor de Áreas Edificadas
arouca
câmara
municipal
praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt
Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca
Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas
Anexo I
Escala:
0 1 2
Kilometros
Loc.: Arouca
Data:
25:.03 .2026
Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustível para 2026 - Mapa de Execução
Áreas Edificadas



Legenda:

- Limite Concelho (CAOP)
- Limite do Concelho de Arouca
- Limite de Freguesia
- Faixa de Gestão de Combustível
- 100m em redor de Parques de Campismo e Áreas de localização empresarial

arouca câmara municipal

praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt

Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

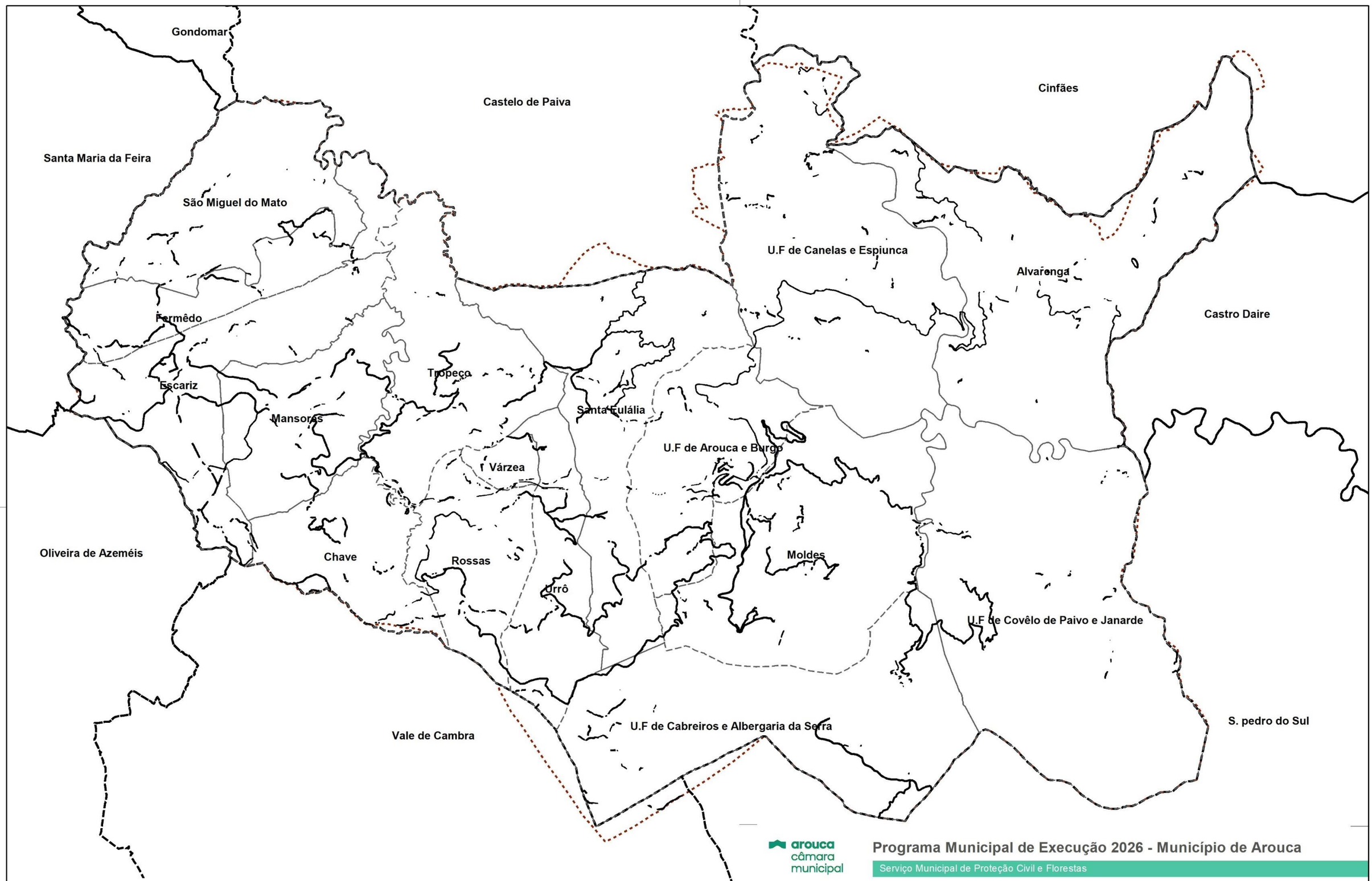
Anexo I

Escala: 0 1 2 Kilometros

Loc.: Arouca

Data: 25:.03 .2026

Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustível para 2026 - Mapa de Execução Parques de Campismo e Áreas de localização empresarial



Legenda:

- Limite Concelho (CAOP)
- Limite do Concelho de Arouca
- Limite de Freguesia
- Faixa de Gestão de Combustível
- 10m ao longo da Rede rodoviária

arouca câmara municipal

praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt

Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

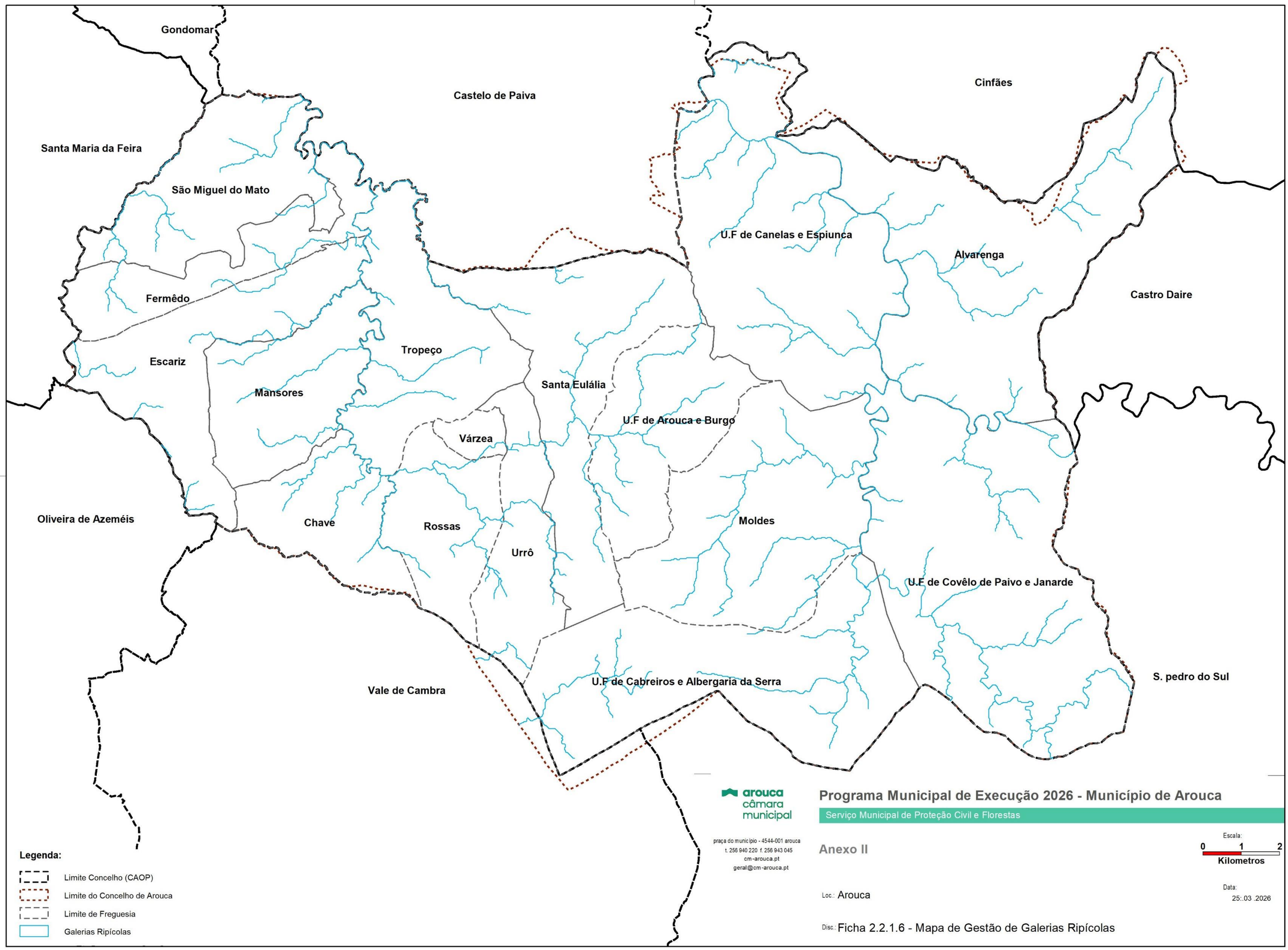
Anexo I

Escala: 0 1 2 Kilometros

Loc.: Arouca

Data: 25:.03 .2026

Disc.: Ficha 2.2.1.3 - Faixas de Gestão de Combustível para 2026 - Mapa de Execução Rede Rodoviária



arouca câmara municipal

praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt

Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

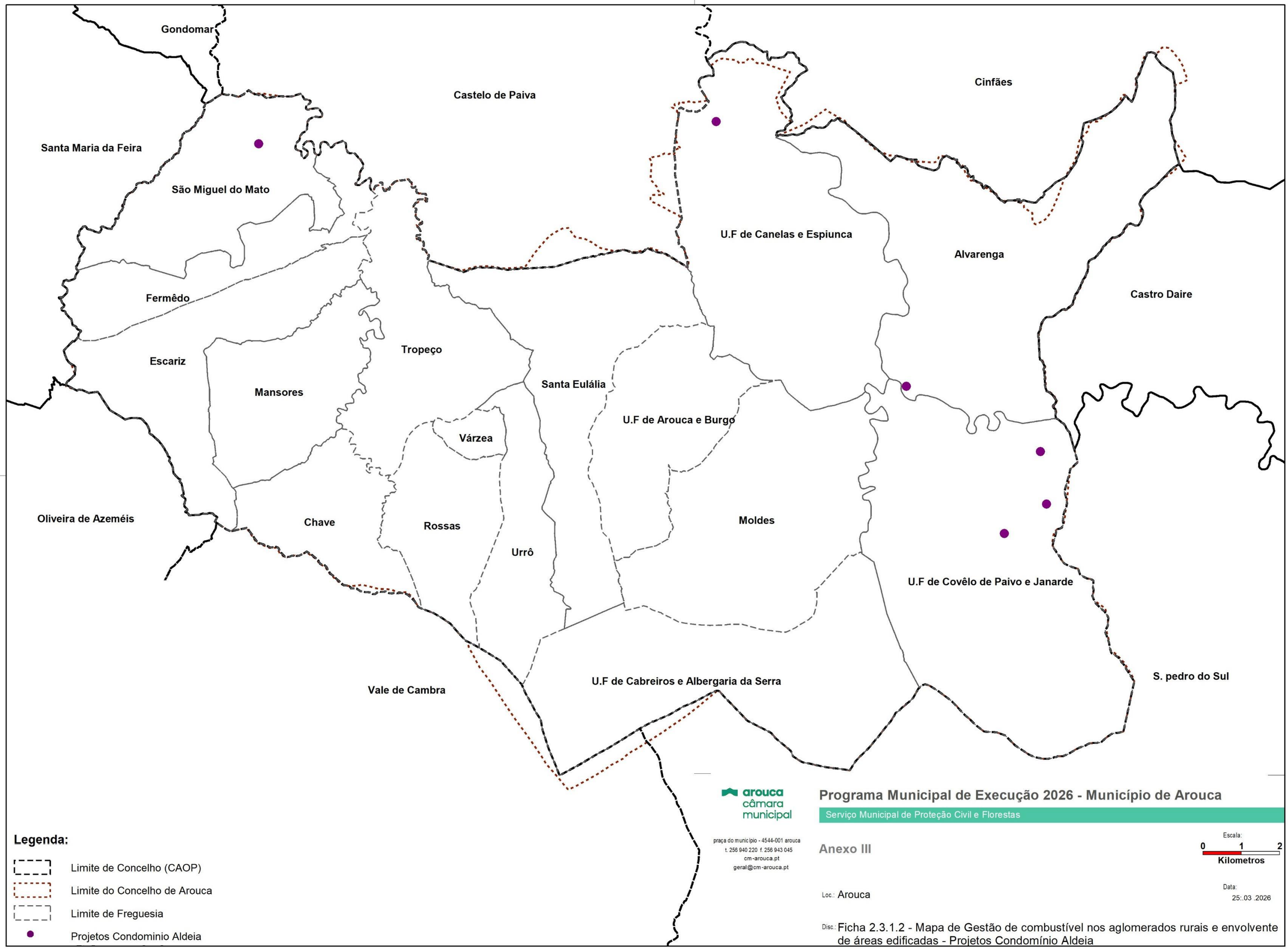
Anexo II

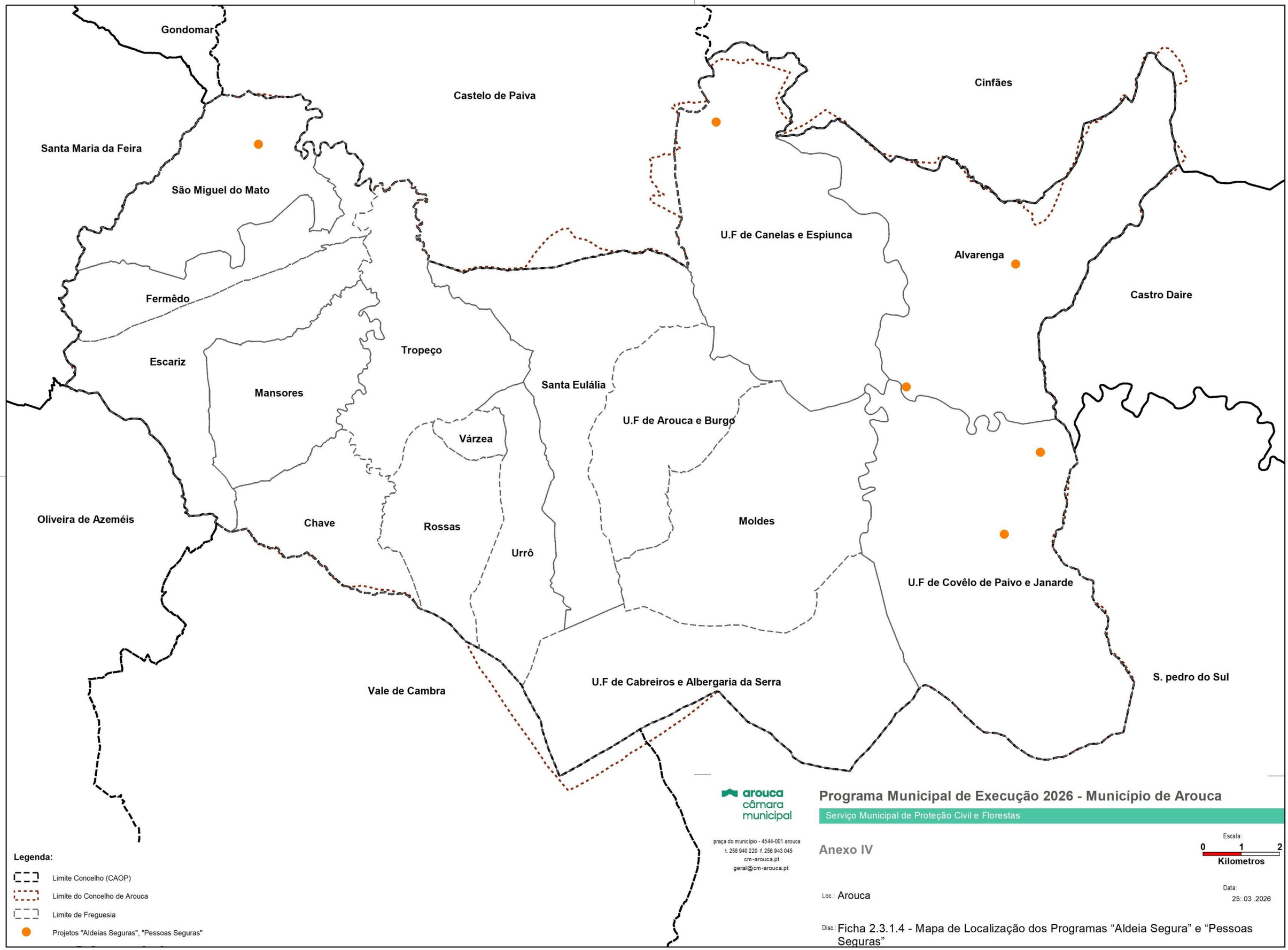
Escala: 0 1 2 Kilometros

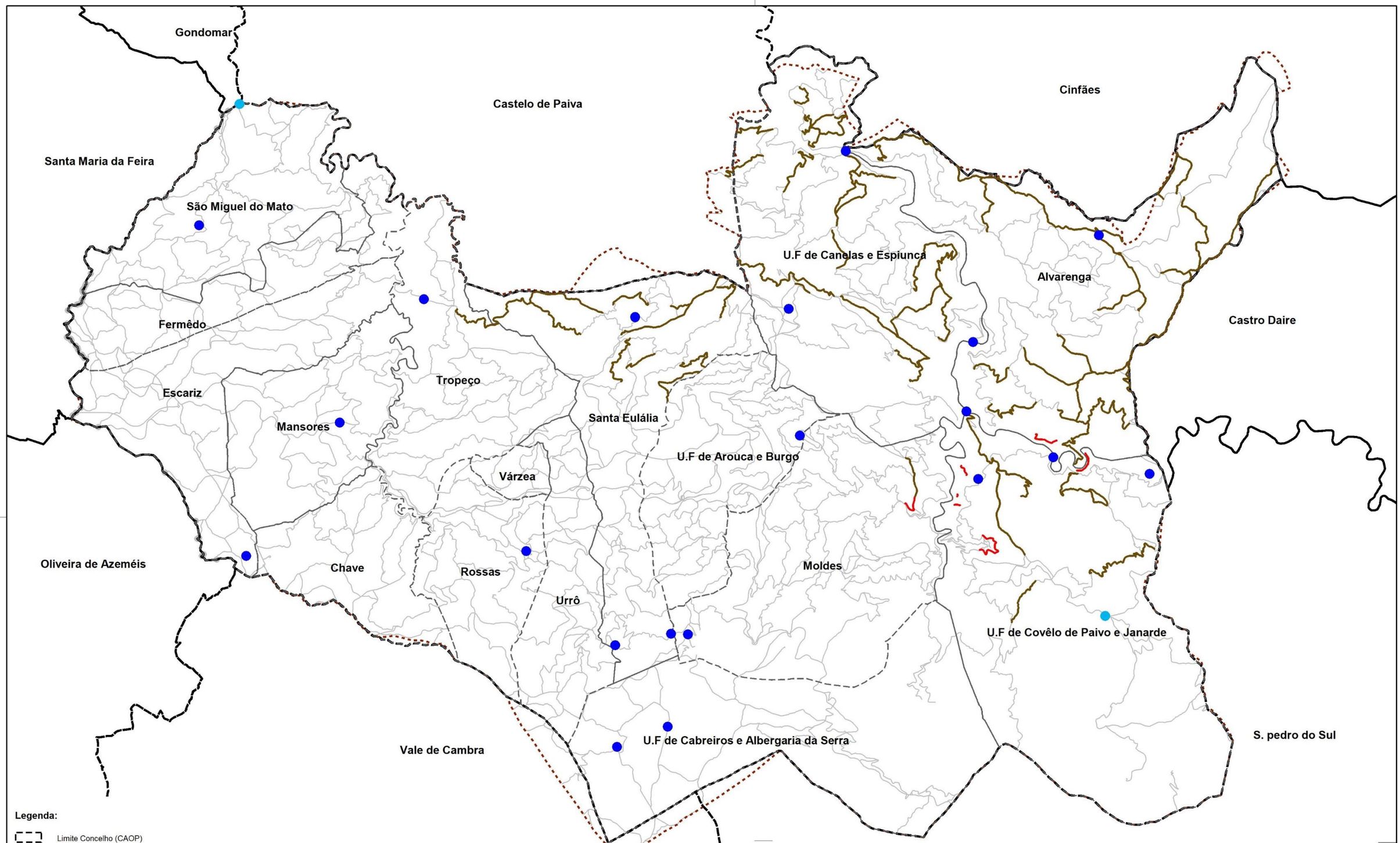
Loc.: Arouca

Data: 25:.03 .2026

Disc.: Ficha 2.2.1.6 - Mapa de Gestão de Galerias Ripícolas


Gondomar
Castelo de Paiva
Cinfães
Santa Maria da Feira
São Miguel do Mato
U.F de Canelas e Espiunca
Alvarenga
Castro Daire
Fermêdo
Escariz
Tropeço
Mansores
Santa Eulália
U.F de Arouca e Burgo
Várzea
Oliveira de Azeméis
Chave
Rossas
Urrô
Moldes
U.F de Covêlo de Paivo e Janarde
Vale de Cambra
U.F de Cabreiros e Albergaria da Serra
S. pedro do Sul
Legenda:
Limite de Concelho (CAOP)
Limite do Concelho de Arouca
Limite de Freguesia
Projetos Condominio Aldeia
arouca
câmara
municipal
praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt
Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca
Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas
Anexo III
Escala:
0 1 2
Kilometros
Loc.: Arouca
Data:
25:.03 .2026
Disc.: Ficha 2.3.1.2 - Mapa de Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas - Projetos Condomínio Aldeia


Gondomar
Castelo de Paiva
Cinfães
Santa Maria da Feira
São Miguel do Mato
U.F de Canelas e Espiunca
Alvarenga
Castro Daire
Fermêdo
Escariz
Tropeço
Mansores
Santa Eulália
U.F de Arouca e Burgo
Várzea
Oliveira de Azeméis
Chave
Rossas
Urrô
Moldes
U.F de Covêlo de Paivo e Janarde
Vale de Cambra
U.F de Cabreiros e Albergaria da Serra
S. pedro do Sul
Legenda:
Limite Concelho (CAOP)
Limite do Concelho de Arouca
Limite de Freguesia
Projetos "Aldeias Seguras", "Pessoas Seguras"
arouca
câmara
municipal
praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt
Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca
Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas
Anexo IV
Escala:
0 1 2
Kilometros
Loc.: Arouca
Data:
25:.03 .2026
Disc.: Ficha 2.3.1.4 - Mapa de Localização dos Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”



Legenda:

- Limite Concelho (CAOP)
- Limite do Concelho de Arouca
- Limite de Freguesia
- Rede Viária
- Rede Viária Florestal
- RVF Construir
- RVF Beneficiação/Manutenção
- Pontos de água
- Construir
- Beneficiação/Manutenção

arouca câmara municipal

praça do município - 4544-001 arouca
t. 256 940 220 f. 256 943 045
cm-arouca.pt
geral@cm-arouca.pt

Programa Municipal de Execução 2026 - Município de Arouca

Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas

Anexo V

Escala: 0 1 2 Kilometros

Loc.: Arouca

Data: 25:.03 .2026

Disc.: Ficha PT11D 2.3.1.5 - Mapa de Implementação e beneficiação das Redes de Defesa Intermunicipais

SGIFR
Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

arouca
câmara
municipal
Serviço Municipal de Proteção Civil e Florestas